



**XII ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH - PARÁ**

**ANPUH**  
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA



**JOSÉ MARIA ALMEIDA NETO (ORG.)**

**HISTÓRIA E CIDADE:  
NARRATIVAS E PRÁTICAS SOCIAIS**





**XII ENCONTRO DE HISTÓRIA  
DA ANPUH - PARÁ**

**José Maria Almeida Neto (ORG.)**

ANPUH  
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

**HISTÓRIA E CIDADE:  
NARRATIVAS E  
PRÁTICAS SOCIAIS**



Copyright © by Organizadores  
Copyright © 2021 Editora Cabana  
Copyright do texto © 2021 Os autores  
Todos os direitos desta edição reservados

O conteúdo desta obra é de exclusiva  
responsabilidade dos autores.

**Capa e Projeto gráfico:**

Eder Ferreira Monteiro

**Edição e diagramação:**

Helison Geraldo Ferreira Cavalcante

**Coordenação editorial:**

Ernesto Padovani Netto

**Revisão:**

Os autores

**Ilustração de capa:**

Cidade de Claudio Tozzi, 1984

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

História e Cidade [Recurso eletrônico] Narrativas e práticas  
sociais / organizador: José Maria Almeida Neto . - 1. ed. - Belém,  
PA: Cabana, 2021.

Vários autores.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-89849-10-0

1. História – Estudo e ensino 2. História do Brasil 3. História  
urbana. I- Título.

CDD 907



[2021]  
EDITORA CABANA  
Res. Paulo Fonteles, Q-B, 24  
66640-705 – Belém – PA  
Telefone: (91) 99998-2193  
contato@editoracabana.com  
www.editoracabana.com

## Conselho Editorial ANPUH-PA

---

Dr. Edilza Joana Oliveira Fontes (UFPA)  
Dr. Aguinaldo Rodrigues Gomes (PPGCult/UFMS)  
Dr. Itamar Rogério Pereira Gaudêncio (ESMAC/APM)  
Dr. Gustavo Pinto de Sousa (INES/PROFHISTORIA - UFRJ)  
Dra. Karla Leandro Rascke (Unifesspa)  
Dr. Érico Silva Muniz (UFPA)  
Dr. Keith Barbosa (UFAM)  
Dr. Marley Antonia Silva da Silva (IFPA)  
Dr. Pere Petit (UFPA)  
Dr. Airton Pereira (UEPA)  
Dra. Valéria Moreira Coelho de Melo (Unifesspa)  
Dr. Carlo Guimarães Monti (UNIFESSPA)  
Dr. Ipojucan Dias Campos (UFPA)  
Dr. Fernando Arthur de Freitas Neves (UFPA)

## Apoios:

---



## SUMÁRIO

<b>Apresentação: os desafios da história social e do ensino de história em coletâneas.....</b>	<b>7</b>
Prof <sup>o</sup> Dr. Francivaldo Alves Nunes	
<b>Apresentação.....</b>	<b>10</b>
José Maria Almeida Neto	
<b>Lazer e sociabilidade no extremo-leste orlandino: notas sobre as contribuições das festas comunitárias para a consolidação de uma identidade local.....</b>	<b>16</b>
Bruno César Pereira Ancelmo Schörner	
<b>Luzes e sombras na “Belle Époque”: a iluminação elétrica como produto socioespacial na modernização de belém (1894-1910).....</b>	<b>32</b>
Marcos da Silva Valadares	
<b>Reflexões sobre o estado da arte da história urbana.....</b>	<b>44</b>
Maira Eveline Schmitz	
<b>“Filhos de uma promessa”: contexto histórico e ascensão política da família Leite em Desterro-PB.....</b>	<b>55</b>
Dêis Maria Lima Cunha Silva	
<b>Os parques étnicos e as disputas identitárias na cidade de Criciúma-SC.....</b>	<b>68</b>
Nathália Pereira Cabral	
<b>Pequenos lotes e grandes esperanças: o processo de formação territorial do bairro Paar como jogo político e luta em 1991.....</b>	<b>81</b>
Maria Fernanda Gibson Lima	
<b>Sobre os autores.....</b>	<b>90</b>

## APRESENTAÇÃO

### Os desafios da história social e do ensino de história em coletâneas

A seção regional da Associação Nacional de História (ANPUH) em sua localização no Estado do Pará, promoveu entre os dias 2 a 4 de dezembro de 2020 a sua 12.<sup>a</sup> edição do Encontro de História da Anpuh-Pará, em formato virtual, com o tema “Passado e Presente: Os desafios da história social e do ensino de história”.

O evento se constituiu como importante espaço de discussão sobre duas áreas específicas do conhecimento histórico, que são: a história social e o ensino de história, promovendo uma interface entre os dois campos de pesquisa, diante dos limites e possibilidades de diálogo pertinentes sobre a região amazônica. Não há dúvidas que se tratou de profícuo momento de socialização da produção de estudos e práticas acerca das relações entre história e ensino, bem como de problematização da história social e os desafios da produção historiográfica recente.

O momento permitiu a incorporação para o ensino de História da Amazônia de questões relacionadas à ciência histórica, didática, produtos educacionais e as práticas curriculares. No caso da dimensão da especialidade da história social, o diálogo com as questões contemporâneas, a relação passado-presente na pesquisa histórica, a questão dos revisionismos/negacionismos históricos e os desafios da escrita da história social, diante das questões socialmente vivas, foram também observadas.

O encontro permitiu debater os desafios do ensino e da pesquisa histórica relacionando com a especialidade da história social, no entanto, envolveu

também outras áreas do conhecimento vinculadas as ciências humanas e sociais, como sociologia, filosofia, direitos, ciências políticas, antropologia, entre outras. Neste aspecto, tornou-se uma oportunidade de diálogo para os professores da educação básica, discentes de graduação, discentes de pós-graduação, historiadores e pesquisadores diversas áreas de ciências humanas que desejavam debater os caminhos da história social e o ensino de história na Amazônia e no Brasil. Incluiu-se ainda o diálogo sobre o cotidiano do espaço escolar diante dos desafios propostos pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC) no contexto amazônico, entre outros temas que envolvem o ensino e produção do conhecimento histórico.

Os pertinzas professores e pesquisadores de diversas instituições do Pará, da Amazônia, do Brasil e do mundo, produziram um amplo e significativo debate sobre o conhecimento histórico e seus públicos (professores de história e os historiadores, principalmente), assim como buscaram formas de expandir e melhor integrar os conhecimentos sobre os debates acadêmicos e o espaço da sala de aula e a intervenção social. O que permitiu, no âmbito da educação básica, discussões sobre a prática pedagógica do docente em história e as ações em prol da formação de professores.

Como alguns dos resultados destes momentos de debates e diálogos, em que a relação passado e presente pautou os desafios da história social e do ensino de história, que apresentamos um conjunto de coletâneas, construídas de forma a agregar temáticas aproximadas de estudos e pesquisas. As coletâneas reunidas, sem dúvida, constitui um conjunto de contribuições originais e, sobretudo, desnaturalizadoras como se propõem ser os estudos que assumem, como coerência e autenticidade, a relação passado e presente, tendo como eixo central de diálogo, a história social e o

ensino. Os trabalhos reunidos propiciam aos leitores, ademais, um profícuo exercício de crítica historiográfica, métodos e análises documentais, que percorrem searas as mais diversas, adensando as riquezas de suas contribuições, quanto à análise de estratégias para enfrentar variadas formas de controle, domesticação e dominações estabelecidas por agentes e agências oficiais, mas também revelam formas de resistências, lutas e enfrentamentos.

Os textos expressam, simultaneamente, pesquisas em andamento, em fase de elaboração, definidas e defendidas. Temáticas, temporalidades e enfoques plurais, mas que gravitam no eixo que envolveu os debates no evento, no caso, a história social e o ensino de história, em contexto relacional com perspectivas de passado e presente. Diante de tantas e inovadoras contribuições, a intenção é que o leitor estabeleça um exercício de escolha mais consentâneo a seus interesses e afinidades, estando certo que encontrará nestas coletâneas um conjunto de leituras, instigantes, necessárias e provocativas.

**Profº Dr. Francivaldo Alves Nunes**  
**Presidente da ANPUH-Seção Pará**

## APRESENTAÇÃO

**José Maria Almeida Neto**

As cidades se encontram em constante movimento. Não apenas seu trânsito, composto por inumeráveis carros, ônibus, linhas de metrô, pedestres apressados, semáforos que abrem e fecham dando ritmo ao vai e vem das ruas e avenidas. Muito além do tráfego, as cidades também se movimentam nas fachadas dos prédios, na pintura das igrejas, nos anúncios dos filmes em cartaz no cinema, na nomenclatura das ruas, das praças, nas memórias de seus habitantes, estão em movimento os espaços de barulhos e de silêncio, assim como se movimentam os cheiros dos mortos, dos pobres e dos loucos, todos esses se movem no tempo e nas cidades; movimentam-se as festas, os espaços de diversão, são diferentes a cada época os lugares da cidade que constituem espaços das comemorações religiosas, das festas cívicas, aonde acontecem as aglomerações. A cidade movimenta-se na fotografia antiga e atual; movimentam-se nas vitrines, na moda, nas calçadas, nos tipos de pavimentos e nas formas de se portar. Quantas experiências guarda cada uma dessas camadas de tempo que recobrem as cidades? A cidade não para de ser transformada continuamente, talvez seja este o mais ardil e a perspicaz característica das cidades, que assombra a alguns e deslumbra a outros.

Aos historiadores, que se dedicam aos estudos das cidades, cabem à tarefa do constante diálogo, nem sempre incentivado tanto quanto deveria, mas sempre proveitoso quando acontece, com os vários campos de conhecimento que produzem sentidos sobre a cidade. Um tão vasto campo de estudo e de pesquisa, não

pode ser tomado por somente uma narrativa de saber, pelo contrário, nas várias mudanças que permanecem constitutivas das cidades, encontramos rotineiramente geógrafos, urbanistas, etnólogos, antropólogos, arquitetos, médicos, engenheiros, historiadores dentre muitos outros preocupados em criar ferramentas possíveis para compreender a cidade em movimento.

O presente trabalho que apresento teve em sua constituição inicial, justamente, as preocupações de criar narrativas sobre as práticas sociais da cidade e dialogar com os diferentes campos de conhecimento que voltam para esta área de estudos sua atenção. Diante disso, foi possível perceber avanços e conquistas no que se trata de ampliar nosso esforço de reunir diferentes pesquisadores pelo país. O evento online contou com a participação de representantes das mais diversas regiões do Brasil como podemos perceber nos títulos e objetos de estudos tratados nos textos a seguir. Mesmo em meio a pandemia do Covid-19, que devastou a todos nós no ano de 2020, um fio de esperança foi traçado através do encontro e do diálogo aberto com pesquisas em diferentes estágios, mas nem por isso com menor qualidade.

Tendo em vista esses pressupostos teóricos metodológicos e as motivações pessoais de cada um, reunimos, durante o *XII Encontro de História da Anpuh – Pará, 2020*, trabalhos que tivessem como eixo temático a cidade como objeto norteador de suas problemáticas. O Simpósio Temático (ST) *História e Cidade: narrativas e práticas sociais* possuía o objetivo de reunir trabalhos que concentram esforços de pesquisa nas práticas sociais que nas cidades têm seu lugar de atuação, pensando a partir de suas narrativas das práticas sociais, das mudanças que acontecem na cidade e no diálogo com outras áreas para além da História.

Esses trabalhos, em sua maioria, levavam em

conta as ideias de Michel de Certeau, quando pensou a cidade como um “local onde uma infinidade de narrativas e práticas emerge para distorcer as linhas do planejado”. Cada pesquisa, portanto, coloca em prática o método para pensar o espaço em disputa – constituído tanto por essas intervenções técnicas quanto pelas práticas vivenciadas pela população que se desdobram em novos usos e apropriações destes territórios geográficos e simbólicos que são o centro das narrativas sociais, políticas e culturais, que constrói e reconstrói a cidade de dentro para fora e de fora para dentro.

Composta por diferentes sujeitos, experiências, trajetórias, lugares sociais e heterogêneas produções intelectuais, as cidades são a todo tempo modeladas e remodeladas nos processos de urbanização, constituição de novas identidades e reformas políticas e sociais como podem ser identificadas nos centros urbanos, principalmente a partir de meados do século XIX.

As cidades e as narrativas formadoras de identidades foram pensadas nesse ST não apenas como palco dessas ações, mas entendidas em seus processos de construção histórica. Entendemos que elas não são simplesmente um dado, uma estatística, ou simples cenário com atores dispostos cada um com seu papel predeterminado; muito além, procuramos explicitar o processo de formação, construção em camadas, o quanto são objetos de poder, reflexões e, ao mesmo tempo, instigantes espaços de condutas desviantes, que fogem ao controle do poder disciplinador, racionalizado.

Neste sentido, coube aos pesquisadores dialogar com os diferentes campos do conhecimento, alguns deles já citados acima, que tomam a cidade como objeto, bem como põe em prática uma conversa com os diferentes tipos de agentes/ produtores de narrativas sobre o espaço urbano que, assim, expressam, narram

ou falam pelas/ nas cidades e que, em nosso entendimento, formam, informam e enformam as várias relações e tensões estabelecidas na teia social.

A partir dessas reflexões, Maria Fernanda Gibson Lima apresentou o trabalho *Pequenos lotes e grandes esperanças: o processo de formação territorial do bairro PAAR como jogo político e luta em 1991*. Um excepcional objeto de pesquisa, no qual a autora procura apresentar e problematizar o processo de ocupação de um bairro popular na periferia de Ananindeua, na Região Metropolitana de Belém, na década de 1990, tratando das artimanhas dos moradores em ocupar e desvirtuar as táticas do poder público. A pesquisadora procura tratar da memória dessa ocupação, problematizando a luta e os interesses contrários, a partir do olhar atento de uma pesquisa que investiga a política local e escolhe a imprensa como principal fonte histórica.

Nathália Pereira Cabral contribui para esse livro, a partir de sua pesquisa *Os parques étnicos e as disputas identitárias na cidade de Criciúma/SC*, nesse trabalho, encontramos as disputas travadas nos espaços da cidade e o direito à memória. Utilizando-se dos parques étnicos da cidade de Criciúma, a autora problematiza como a cidade expressa as memórias dos grupos dominantes da política local e favorecidos economicamente nas últimas décadas do século XX, ao excluir algumas etnias dessa memória, nos nomes dos parques, nos símbolos e comemorações, outros grupos passam a ocupar esses espaços. Um texto que nos deixa entrever como a cidade a todo o momento está em disputa, sendo reivindicada e em contínuo processo de disputa identitária.

Em um trabalho em coautoria, elaborado pelos pesquisadores Bruno César Pereira e Ancelmo Schörner, *Lazer e sociabilidade no extremo-leste orlandino: notas sobre as contribuições das festas comunitárias*

para a consolidação de uma identidade local, os autores problematizam a construção de uma identidade local a partir das festas Quermesse de Santa Rita e Festa Junina da Travessa X, sobre as quais os sujeitos envolvidos passam a desenvolver um sentimento de pertença. Utilizando como fonte a oralidade e a memória, o recurso aos métodos da História Oral apresentam os sujeitos e suas falas sobre os festejos e a criação de uma identidade particular do extremo-leste da cidade Orlândia/ SP.

Retornando ao tema da *Belle Époque*, Marcos da Silva Valadares, analisa o processo de modernização da cidade de Belém tendo como fio condutor a energia elétrica. O texto: *Luzes e sombras na belle époque: a iluminação elétrica como produto socioespacial na modernização de Belém (1894-1910)* – o autor, apresenta uma pesquisa na qual suas questões se iniciam com “o fervor das reformas urbanas na iluminação dos espaços públicos da capital paraense em meio a um caminho de seletividade e segregação entre espaços centrais e suburbanos”. Utilizando-se de documentos da imprensa da época, relatórios de governo e uma vasta historiografia do tema, o pesquisador contribui para uma melhor compreensão sobre a parcialidade do discurso do progresso e da modernização na passagem do século XIX para o século XX.

Maira Eveline Schmitz escreveu para essa obra um texto denso e resultado de sua apresentação, *Reflexões sobre o estado da arte da História Urbana*, a autora faz um belíssimo caminho pela historiografia brasileira que trata da História Urbana, procurando não apenas enumerar, ou um esforço sem propósito de citar cada um dos trabalhos, muito pelo contrário, focada numa análise dessa escrita da História, a pesquisadora identifica questões imprescindíveis quando se trata de pensar, por exemplo, a categoria – espaço – historicamente. Voltamos ao início de nossa apresentação sobre

a importante necessidade de dialogar com outros campos de conhecimento e a partir disso ampliar nosso repertório de questões quando utilizamos os conceitos e categoria.

Por fim, mas não menos qualificado e importante, o texto de Dêis Maria Lima Cunha: *“Filhos de uma promessa”: contexto histórico e ascensão política da família Leite em Desterro-PB*. A pesquisadora utiliza a micro-história para fundamentar sua análise nas relações políticas e locais da Família Leite, que domina o poder político da cidade. A partir disso, percebemos como os espaços urbanos, não apenas das capitais, como também de regiões mais distante dos grandes centros, são disputados seja pela política, pela memória e pelos ganhos econômicos devidos os processos de patrimonialismo.

Espero que esse possa ser um livro instigante para a leitura, que amplie as possibilidades de pesquisa e venha trazer intervenções verticais aos interesses de todos aque chegou. Aos autores fica meus sinceros agradecimentos tanto pelas apresentações no evento, quanto pelo compromisso em formalizar a pesquisa e concluir uma parte dessa etapa ao escrever suas reflexões e inquietações. A todos da organização do evento, bem como a editora responsável pela publicação dessa obra o meu muito obrigado. Boa leitura. Que você possa se perder e se encontrar pelas ruas da cidade.

**LAZER E SOCIABILIDADE NO EXTREMO-LESTE  
ORLANDINO: NOTAS SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DAS  
FESTAS COMUNITÁRIAS PARA A CONSOLIDAÇÃO DE UMA  
IDENTIDADE LOCAL**

---

**Bruno César Pereira<sup>1</sup>**  
**Ancelmo Schörner<sup>2</sup>**

**Introdução**

Ao longo desta investigação, buscaremos enfatizar que a criação da identidade de “morador local”, observada no extremo-leste do município de Orlândia, que corresponde aos bairros Santa Rita e Brasão, se desenvolveu e se consolidou através das festas comunitárias ocorridas neste espaço, pois foi a partir destes eventos que os sujeitos, que até então eram desconhecidos entre si, começaram a desenvolver os primeiros laços de vizinhança, amizade e solidariedade.

Destacaremos que foi a partir da Quermesse de Santa Rita, da Festa Junina da Travessa X, bem como de outros espaços, como bares, igrejas, etc., que os sujeitos nesta região começaram a desenvolver uma noção de unidade, bem como sentimentos de pertença ao espaço.

Salientaremos que foi a partir desta noção de unidade e sentimentos de pertença que se forjou a identidade de “morador local”. Tal identidade, como destacaremos, foi base para a criação de uma distinção entre moradores locais e os de fora, estes “de fora”,

---

<sup>1</sup> Mestrando em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná - UNICENTRO, Campus Irati. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. E-mail: bruno\_o8cesar@outlook.com

<sup>2</sup> Doutor em História pela da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. E-mail: ancelfmo.schorner13@gmail.com

os não pertencentes ao espaço, sobretudo, corresponderiam aos migrantes nordestinos.

Na construção desta investigação, que corresponde a parte de uma dissertação de mestrado em História, nos utilizaremos das metodologias da História Oral, partindo, principalmente, dos pressupostos teórico-metodológicos de Portelli (1996/1997). Da mesma forma, outros autores nos auxiliaram na compreensão e problematização das narrativas orais, como por exemplo Hall (2012), Tedesco (2004) e Halbwachs (2003).

As entrevistas utilizadas como fontes neste estudo, foram coletadas ao longo dos meses de dezembro de 2019 a março de 2020. As narrativas coletadas tratam sobre as trajetórias de vida dos sujeitos que habitam o extremo leste, narra-se sobre sua chegada, sobre os laços com os sujeitos e espaços, bem como fala-se sobre intrigas, brigas, sobre o lazer, trabalho e cotidiano.

Para um melhor vislumbre das questões expostas neste estudo, optaremos por dividi-lo em duas seções. Na primeira dedicaremos um aprofundamento sobre a cidade de Orlandia, a ocupação do extremo-leste, bem como explicitaremos alguns conceitos chave para nossas análises. Já na segunda seção, concentraremos nossas análises sobre as festas comunitárias e defenderemos a hipótese de sua importância no que tange a criação da identidade de “morador local”.

### **Extremo-Leste orlandino: história, cotidiano e formações identitárias**

Ao longo do final do século XX, a administração local do município de Orlandia, localizado na região metropolitana de Ribeirão Preto, nordeste do Estado de São Paulo, realizaria uma série de ações que visavam ampliar sua malha urbana.

A ampliação desta cidade, ao longo do período supracitado, ocorreria devido a dois processos que se encontram entrelaçados. O primeiro é referente ao processo de “interiorização do desenvolvimento”. A partir dos anos de 1970, com a desconcentração industrial da região metropolitana paulista e a instalação de novas (e o desenvolvimento das antigas) indústrias na região interiorana do Estado de São Paulo, estes espaços seriam grande polo de atração de sujeitos, sejam da migração entre cidades, bem como entre estados.

No contexto orlandino, este período, pós 1970, seria marcado pela fundação e ampliação de uma série de indústrias, que contribuiriam de forma significativa para a atração de novos moradores para a cidade. Desta forma, a ampliação da cidade se tornou necessária.

Este aumento populacional, ocorreria devido ao êxodo rural, bem como com as migrações entre cidades e entre estados. Estas populações, novos moradores, seriam atraídos devido a fase de desenvolvimento econômico o qual a cidade de Orlândia vivia até então. E esta atração, ao longo dos anos, causaria um déficit habitacional devido ao aumento do contingente populacional. A solução para a questão habitacional seria ampliação da rede urbana do município, que se daria através de duas formas. A primeira seria a implantação de novos loteamentos e a segunda, que se refere, de modo geral, ao segundo processo de grande aumento da área urbana, seria a construção de conjuntos de habitação social.

O aumento da rede urbana de Orlândia, de modo geral, seguiria dois sentidos, leste e oeste. E, em ambos sentidos, se destacariam duas formas de construção de residências. A primeira consistiria em loteamentos, e a segunda forma, seria a construção de conjuntos habitacionais. É ao longo deste processo de desenvolvimento que ocorre a ocupação do extremo-leste orlandino,

composto pelos bairros Jardim Santa Rita, criado em 1989, e Conjunto Habitacional José Vieira Brasão, criado em 1992 e ampliado em 1994. Os sujeitos que ocuparam esta região eram moradores locais, migrantes de outras cidades paulistas, bem como, migrantes de outros Estados, notadamente mineiros e nordestinos.

Destacamos, que os processos que nos interessam neste estudo, ou seja, a construção de uma certa identidade local nesta região, o extremo-leste orlandino, se deram através do cotidiano e da sociabilidade. O cotidiano, partindo da perspectiva do historiador Michel de Certeau (2014), e a qual adotaremos, não possui nada de entediante, aborrecido e/ou rotineiro, como uma mera repetição mecânica dos mesmos gestos, desde o café da manhã até o anoitecer, de maneira geral, o cotidiano nada tem de monótono.

O cotidiano não pode ser resumido apenas no acordar, sair do bairro para trabalhar e retornar a sua habitação para descansar para o próximo dia de trabalho. Ao considerarmos este dia a dia tão resumido, reforçamos ideais de que a região periférica é um mero local de mão de obra a espera de atender os desejos do capital. Ao propormos nos debruçar sobre as análises do cotidiano buscamos compreender um pouco melhor as relações dinâmicas deste espaço. As relações de amizade, solidariedade e a criação de laços de compadrio. Sobretudo, foi em meio a este cotidiano que se construiu uma série de identidades locais. Sejam elas a de “morador local” e a de “piauí”.

Estas identidades no extremo-leste orlandino são compreendidas enquanto processos de identificação entre os sujeitos que foram construídas através de laços como o da naturalidade, de vizinhança, de amizade, solidariedade, companheirismo e compadrio, a partir das relações cotidianas, bem como dos espaços do trabalho, de lazer e da sociabilidade. Partimos, da

perspectiva de Hall (2012), que compreende por identidades sociais enquanto construções que se criam a partir das representações dentro dos discursos culturais/sociais; que informam como um determinado grupo vive e compartilha seus significados.

Da mesma forma, evidenciaremos, que as identidades encontradas no extremo-leste orlandino, e em certo ponto até mesmo fora desta região, partindo da perspectiva de Oliveira (1976), se constituíram, sobretudo, a partir de sua busca por uma criação e diferenciação entre o “nós” em contraponto aos “outros”.

Salientamos ainda, que o processo de construção, reconstrução e manutenção das identidades no extremo-leste, as quais destacaremos ao longo deste estudo, se dão, sobretudo, através das memórias individuais e coletivas (ou sociais) dos sujeitos que habitam esta região. A memória, como destaca Canabarro, Moser e Ernesto (2018, p. 114), “não é algo contínuo, uma vez que ela se dá pouco a pouco, com base na experiência vivida, rememorada, retida anteriormente e sintetizada, construída ou reconstruída. E é em virtude disso que a memória é um componente essencial para a identidade [...]”.

Neste sentido, Canabarro, Moser e Ernesto (2018, p. 115), ao analisar as contribuições de Tedesco (2004) para o debate acerca da memória, afirmam que as memórias de grupos sociais possuem “[...] quadros de significação, com estratégias, simbologias, representações, experiências da vida cotidiana que criam temporalidades e espacialidades”. A memória gera pertencimento entre os membros de um mesmo grupo que compartilham sua significação, resultando na identidade, justamente enquanto uma forma simbólica, pois se “veem” como iguais, por compartilharem uma mesma perspectiva de mundo.

Outra importante referência nas discussões acerca da memória é Halbwachs (2003). Este pesquisador compreende a memória enquanto um instrumento social, que corresponde a uma construção coletiva. Canabarro, Moser e Ernesto (2018), salientam ainda, que as contribuições de Halbwachs (2003), também servem para as discussões acerca das identidades.

Vale ressaltar, que as identidades a qual nos debruçaremos, se construíram através do cotidiano e dos espaços de sociabilidade no extremo-leste. Bem como, tais identidades, como a “morador local” e “piauí”, são evidenciadas e construídas a partir da memória destes sujeitos que vivem nesta região.

Tratando-se acerca da importância dos espaços de sociabilidade no extremo-leste, e sua importância no que tange a formação das identidades nesta região, salientamos que foram através destes espaços que houve, partindo das narrativas dos sujeitos, o estreitamento dos laços entre estes.

Destacamos, que os espaços de sociabilidade não correspondem apenas a locais de lazer ou de mera interação entre os sujeitos. Compreendemos por sociabilidade, partindo da perspectiva de Simmel (2006), como uma forma lúdica de sociação, na qual os indivíduos, em razão de variados interesses, desenvolvem uma espécie de unidade comum, produzindo novas formas de ser e estar com o outro, ou seja, de interações.

Neste sentido, salientamos que para que exista a sociabilidade é necessário que os indivíduos além de estarem sociados/interagindo por interesses específicos, se relacionem em função de certos sentimentos e por uma satisfação mútua de estarem socializados. Assim, a sociabilidade consiste em uma derivação da interação.

Nossa proposta, caminha em evidenciar que alguns espaços no extremo-leste correspondem enquan-

to locais de sociabilidade por possuírem funções mais complexas que somente o lazer e a interação. Estes espaços além de locais onde os sujeitos “gastam seu tempo livre” também possuíam como funções: estreitar os laços de amizade e solidariedade, reviver as raízes, bem como, nestes locais, se forjaram ou se redefiniram identidades locais.

**Quermesse e a Festa Junina: espaços de lazer, sociabilidade e criação de sentimentos de unidade e pertença ao espaço**

A Quermesse de Santa Rita, organizada pela Paróquia Santa Rita ao longo do mês de maio, conta com a participação e organização do evento a partir de seus fiéis, e a Festa Junina da Travessa X, organizada pelas famílias que habitam esta parte do bairro Brasão. Partindo da perspectiva das autoras Oliveira e Cavalcante (2012), estes eventos relacionam-se em um primeiro momento como formas de lazer, manifestações culturais, bem como se consolidam enquanto importantes espaços de socialização e atrativos turísticos para esta região da cidade.

Começamos pela tradicional Quermesse de Santa Rita. Poucos anos após a criação da Igreja Santa Rita na década de 1990, circunscrita entre as ruas 12 e 14 e avenidas X e Y, localizada na praça que leva o nome da igreja, Praça Santa Rita, a Paróquia, com auxílio dos fiéis que a frequentavam, passaram a realizar tradicionalmente no mês de maio a Quermesse de Santa Rita.

Este evento anual ocorria inicialmente na avenida X de frente a Igreja, e posteriormente foi alocado na Escola Sylvia Ferreira, ao lado da Igreja. O evento contava com a realização de bingos (onde como prêmio aos ganhadores era dado um frango assado), bem como possuía barracas de macarrão, fogazzas, bata-

tas fritas, cachorros-quentes, pastéis, bebidas, doces e uma barraca da pesca. Todo o montante em dinheiro arrecadado com as vendas de cartelas de bingo e nos produtos das barracas durante a Quermesse de Santa Rita eram revertidos a construções e reparos na Igreja e na praça.

O casal Rosa e José<sup>3</sup>, participantes e organizadores deste evento, destacam que a Quermesse de Santa Rita, era um dos poucos eventos ocorridos no extremo-leste onde os moradores possuíam um espaço para se divertir, conversar e socializar com outras famílias dos bairros Brasão e Santa Rita.

Como supracitado, o evento era organizado pela Paróquia Santa Rita com o auxílio de seus fiéis. Estes sujeitos, colaboravam na organização, bem como atuavam ao longo do evento, seja trabalhando na confecção e venda dos alimentos que iriam ser vendidos, vendendo cartelas do bingo e ajudando com doações de produtos e dinheiro para a realização do evento.

A quermesse ocorria ao longo das noites, durante uma semana do mês de maio. Antes do início das vendas dos produtos e do bingo, era realizado uma missa na Igreja Santa Rita, finalizada, os sujeitos se dirigiam ao evento. A Quermesse, tinha o poder de juntar moradores do Santa Rita, Brasão, bem como de outros bairros da cidade de Orlândia. A Quermesse, pode ser vista como um dos mais importantes espaços comuns de lazer desta região periférica, que agregava ali, diferentes sujeitos, de diferentes idades e credos.

A importância desta quermesse, para além de espaço de lazer periférico, também se encontra em seu poder de criação e formação de laços de amizade, solidariedade e identidade. Os moradores desta região, seja do loteamento Santa Rita, como do Conj. Hab.

---

<sup>3</sup> Optaremos, a partir de autorização dos entrevistados, utilizar seus nomes reais neste estudo.

José Vieira Brasão, eram sujeitos advindos de diferentes bairros da cidade de Orlândia, e até mesmo de fora dela, como é o caso da chegada de migrantes de outras cidades do Estado de São Paulo e de outros Estados do país.

Neste sentido, a Quermesse acabou por possibilitar a criação de laços entre os sujeitos que dividiam um mesmo credo religioso, neste caso, o católico. A realização de um evento comunitário, possibilitava que os fiéis desta Igreja trabalhassem, conversasse e dividissem ideias, o que acabou por criar e estreitar laços entre tais sujeitos, que até então eram apenas vizinhos e, em sua maioria, desconhecidos um do outro. Esta possibilidade de criação de uma unidade, de laços entre os moradores desta região criada a partir deste evento, a Quermesse, também pode ser observado no segundo evento destacado no início deste segundo tópico, a Festa Junina.

Este segundo evento nasceu a partir de uma promessa feita por uma moradora da Travessa X, Maria de Lurdes Monteiro. Maria, moradora do Conjunto Habitacional José Vieira Brasão desde 1993, no início dos anos 2000 acabou sofrendo um acidente de trabalho, e a partir deste acontecimento fez uma promessa a Santo Antônio, que caso se recuperasse de tal acidente, realizaria todos os anos, no mês de junho, uma festa junina. Com a recuperação, Maria passou a realizar a festa com a ajuda da família e vizinhos todos os anos.

Este evento, contaria inicialmente com uma missa realizada na Travessa X, com orações de agradecimento a benção alcançada. Após o momento de oração seria realizado uma encenação de uma quadrilha, que contava com um par de noivos, um “padre”, e vários casais de jovens vestidos de “caipiras” e encenariam um casamento na roça, bem como, na sequência, começariam a dança da quadrilha. Findado esta apre-

sentação, seria servido aos presentes uma série de pratos típicos desta festa, como: quentão de pinga, bolo de fubá, cri-cri (amendoim açucarado), cachorro-quente e pipoca.

Esta festa, que inicialmente parte de uma promessa de Maria Monteiro e de sua família, aos poucos acaba por envolver boa parte dos moradores desta travessa, bem como das avenidas e ruas próximas. Para a sua realização os moradores desta travessa e seu entorno se unem, e cada um ficaria responsável por uma parte do evento, seja a doação de alimentos, a confecção dos pratos tradicionais, a organização e decoração do espaço, os ensaios com os jovens e, após o evento, a limpeza do espaço.

Este segundo evento, assim como o primeiro, além de proporcionar um espaço de lazer e diversão nesta região, possui importância no que tange a criação e aprofundamento dos laços entre os sujeitos, este evento também corresponderia a um espaço de sociabilidade. Esta festa comunitária, diferente da primeira não possui a pretensão de gerar lucros, sua realização se deu enquanto “um pagamento de promessa” algo que nasce de uma maneira individual, mas que, com o passar dos anos, acaba por englobar uma série de outros sujeitos.

Ambos os eventos se caracterizam enquanto festas comunitárias que movem um razoável número de sujeitos para sua realização. Em ambos os casos, estas duas festas têm como base a religião, a Quermesse ocorre em homenagem a Santa Rita, além de gerar fundos para a Igreja, e, a Festa Junina, corresponde ao pagamento de uma promessa feita por uma moradora.

Da mesma forma, as festas comunitárias também podem ser consideradas enquanto espaços onde os sujeitos criam laços identitários. Conforme a proposta de Habermas (1999, p. 180), a identidade é cons-

truída subjetivamente em usos, costumes e valores e “recorre a uma dimensão histórica do imaginário social, de modo que o espaço serve de referência, e condensa a memória do grupo”.

Estas festas, com o passar dos anos acabam por englobar novos sujeitos, seja na sua realização bem como o público. José afirmou que quando seus filhos atingiram uma certa idade, os levou para participarem da Quermesse, para trabalharem nas barracas junto a ele e sua esposa. Na festa junina, os jovens ficam responsáveis pela encenação e dança, bem como, ao atingirem uma certa idade, acabam por assumir outras atividades no evento.

A ocupação das funções por outra geração, como destaca Semensatto (2012), são comuns em festas comunitárias, e, segundo a pesquisadora, esta passagem para a geração seguinte acaba por criar e reforçar os laços construídos, bem como funda uma tradição nas comunidades, além de contribuir para a sua continuidade.

Ao longo das entrevistas realizadas com os moradores do extremo-leste, em grande parte de suas narrativas, ao ser abordado a temática do lazer e festas, suas respostas são quase automáticas, de modo geral, a uma unanimidade entre os sujeitos entrevistados em abordarem estes dois eventos, a Quermesse e a Festa Junina da Travessa X.

Para Halbwachs (2006) a memória se vincula à afetividade das pessoas do convívio social dos sujeitos, as lembranças se relacionam aos contextos e às pessoas que estavam presentes nele. Da mesma forma, a memória se constitui por vivências inerentes aos sujeitos e são produzidas em determinadas localidades em diálogo com os respectivos contextos sociais dos mesmos.

Contudo, cabe salientar que se por um lado estes moradores sempre recordam destes eventos, seja

por estes fazerem parte de seu cotidiano a décadas, bem como abordam sobretudo as relações afetivas e identitárias que estes possibilitaram, também devemos destacar que a menção a estes eventos pode se dar devido a serem as únicas festas comunitárias que ocorrem nesta região.

Da mesma forma a importância destes eventos comunitários, como já destacado, encontram-se nas possibilidades de criação de laços entre os sujeitos. As festas comunitárias apresentadas ao longo deste tópico contribuíram significativamente em um processo identitário. Sobretudo, esta identidade criada por estas festas comunitárias, corresponde a de “morador local”. Ou seja, os laços de amizade, vizinhança e solidariedade criadas através destes eventos, contribuiu para a criação de um certo sentimento de unidade e pertença a este espaço.

Neste sentido, o ser “morador local” não corresponde necessariamente ao ser nativo ao espaço, ou seja, ter nascido no extremo-leste ou na cidade de Orlândia. Mas sim, corresponde ao sentimento de pertença criado a partir dos laços entre os sujeitos e com o espaço que habitam. Ao longo das narrativas dos sujeitos podemos observar o sentimento de pertencimento ao espaço. Levam em consideração nesta construção o tempo que já estão neste local, bem como as relações pessoais construídas através da vizinhança e do apadrinhamento, da divisão dos mesmos espaços de convívio e da divisão dos problemas enfrentados neste local - sobretudo as dificuldades geradas pela falta de acessibilidade, infraestrutura e de serviços.

Cabe destacar, que esta unidade criada a partir dos laços de solidariedades, amizades, e posteriormente de compadrio, construídos através das festas comunitárias, dos ritos religiosos, bem como de outros grupos e espaços frequentados por estes sujeitos, em

certos momentos, foram utilizados como mecanismo de diferenciação entre os moradores no extremo-leste. Estes laços construídos entre estes sujeitos através dos eventos aqui apresentados, e narrado pelos mesmos, bem como através das relações de vizinhança, compadrio e do compartilhamento de outros locais de lazer e sociabilidade acabaram por construir esta noção/sentimento de “moradores locais”.

Cabe destacar, que esta identidade, também se funda a partir de um “outro”, neste caso, o outro corresponde aos “recém-chegados”, sobretudo aos migrantes nordestinos. A migração nordestina na cidade de Orlândia antecede o processo de ocupação do extremo-leste. Estes sujeitos, os nordestinos, migram para esta cidade desde meados da década de 1970, e, esta migração é acentuada a partir da década seguinte (1980), devido ao desenvolvimento econômico desta cidade e da região, sobretudo no que tange a ampliação dos canais e o aumento da demanda de mão de obra.

A chegada dos migrantes nordestinos ao extremo-leste, se deu por duas formas, a primeira, que corresponderia a maioria dos migrantes nesta região, seria através do aluguel de casas no Jardim Santa Rita, sobretudo, os sujeitos que ocupavam as residências neste bairro correspondiam aos safristas que residiam nesta cidade apenas nos períodos da safra da cana. E, a segunda, através do sorteio das casas no Conj. Hab. Brasão, que, de modo geral, correspondiam aos migrantes que já haviam optado por morar na cidade ao longo da década de 1980, pois, para conseguirem uma casa através do sorteio, um dos requisitos básicos era ser morador do município a alguns anos.

Partindo destas informações, salientamos que a identidade de “morador local”, não abrangeu a estes migrantes, pois, a maioria destes, correspondiam, inicialmente, a safristas, ou seja, sujeitos que ficavam no

município por um curto período de tempo, “[...] eles vêm e vão, não são daqui né, acaba a safra eles já iam embora” (MARIA, 2020).

Ao longo das narrativas dos “moradores locais” observa-se que um “dado base” que permeia tal identidade, a de morador local, para além do tempo que viviam ali e dos laços criados, foi o da naturalidade com o Estado de São Paulo. Neste sentido, estes migrantes nordestinos, sobretudo aqueles que se encontravam nesta região e dividiam do mesmo período de ocupação do espaço que os demais sujeitos, os paulistas, acabavam por serem excluídos da formação de redes de amizades, solidariedade e de compadrio que seria base para a construção do ser “morador local”.

A materialização desta diferenciação no extremo-leste entre locais e migrantes, pode ser compreendida através da expressão “piauí”, que corresponde a forma de se referir a todos os migrantes nordestinos. O piauí, corresponde a uma identidade que inicialmente foi forjada para estes sujeitos, ou seja, diferente dos “moradores locais” que correspondem a uma criação do grupo para o grupo, o “piauí” é uma criação dos moradores locais para com os nordestinos.

Esta identidade, criada para estes sujeitos, aos poucos foi apropriada pelos migrantes e a ela estes indivíduos acrescentaram um novo acervo de características, sobretudo positivas. Mas, mesmo que um novo acervo seja incorporado a esta identidade, muitos migrantes nordestinos em Orlândia ainda se negam a pertencer a ela, pois, como estes sujeitos evidenciam, tal identidade foi forjada na busca da diferenciação e da estigmatização destes sujeitos. Contudo, esta questão merece um estudo específico.

### **Considerações Finais**

Esta investigação corresponde a um estudo de História Local, que visou vislumbrar alguns aspectos do cotidiano e das sociabilidades em uma região periférica de um pequeno município paulista. Buscamos ao longo desta investigação, trazer luz a questões que passam despercebidas a olhares desatentos, evidenciando que as redes analisadas, sobretudo as de amizades e solidariedades, são componentes cruciais nas construções de certas identidades locais. Da mesma forma, esta identidade analisada, se constituiu, sobretudo, a partir de sua busca por uma criação e diferenciação entre o “nós” em contraponto aos “outros”, no nosso caso, estes outros correspondiam aos migrantes nordestinos, sejam aqueles que poderiam ser considerados como “recém-chegados” (os safristas), bem como aos migrantes de longa data.

## Referências Bibliográficas

CANABARRO, Ivo Dos Santos; MOSER, Lilian Maria; ERNESTO, Eduardo Servo. História, memória e identidade: refletindo sobre a oralidade como aporte para leitura de uma cultura. Revista Memória em Rede, v. 10, n. 14, 2018, p. 112-127.

CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano: Artes de fazer. 4ª edição. Petrópolis: Ed. Vozes, 2014.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.

OLIVEIRA, Alini Nunes de; CAVALCANTE, Maria Del Carmen Matilde Huertas Cavalcante. As múltiplas funções das festas no espaço geográfico. Interações, v. 13, n. 01, 2012, p. 81-92.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Identidade, etnia e estrutura social. São Paulo: Pioneira, 1976.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Tempo, v. 01, n. 02, 1996, p. 59-72.

\_\_\_\_\_. O que faz a história oral diferente. Projeto História, v. 14, 1997, p. 25-39.

SEMENSATTO, Simone. Informação, memória e identidade: as festas comunitárias do município de Estrela – Rio Grande do Sul. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Biblioteconomia), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, 2005.

SIMMEL, Georg. A sociabilidade. In: \_\_\_\_\_. Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

**LUZES E SOMBRAS NA “BELLE ÉPOQUE”:  
A ILUMINAÇÃO ELÉTRICA COMO PRODUTO SOCIOESPACIAL NA  
MODERNIZAÇÃO DE BELÉM (1894-1910)**

---

**Marcos da Silva Valadares<sup>1</sup>**

**Introdução**

A *Belle Époque* como produto de estudos historiográficos gera diversas discussões para a compreensão do processo de urbanização de Belém nos fins do século XIX e início do XX. Entre os diversos debates, comumente os que perpassam nas melhorias e glamour da metrópole paraense, trabalham a memória de uma cidade que fora idealizada aos moldes de grandes urbes europeias, entretanto, que atravessou diversas contradições ao construir uma zona restrita de progresso e melhoramentos de serviços urbanos, distante das crescentes periferias que compulsoriamente eram repelidas dos alcances do progresso, como discute Weinstein (1993) ao analisar a economia da borracha como base dessas desigualdades advindas da economia extrativista e exportadora.

Nesse caminho, a temática da iluminação elétrica como um serviço que unia a evolução científica, que o apogeu do embelezamento urbano propunha por meio das grandes metrópoles, ao grande ímpeto engenhoso dos gestores locais, apresenta-se como importante objeto de um estudo para compreensão das transformações socioespaciais vividas na Belém *fin du siècle*.

Os impactos que a presente pesquisa busca enfatizar, retratam o fervor das reformas urbanas na iluminação dos espaços públicos da capital paraense em meio

---

<sup>1</sup> Mestrando no Programa de História Social da Amazônia da UFPA

a um caminho de seletividade e segregação entre espaços centrais e suburbanos. Isso poderá refletir de forma contundente usando as luzes elétricas como parâmetro de pesquisa e de análise dos espaços e grupos sociais divididos entre territórios distintos do município.

Os setores de Belém já consolidados como centrais, receberiam com requinte as malhas elétricas que conduziam aos postes as simbólicas luzes de amparo e presença dos interesses do poder público. Outras regiões que com relativa proximidade aos tradicionais centros se desenvolviam, também com apoio das novas luzes despontavam como novas áreas elitistas, como aponta Soares (2008) e colaboraram para a ampliação das zonas alcançadas pelas lâmpadas elétricas.

Entre as ações que permeiam o momento da implantação desse avanço da iluminação pública e privada, a pesquisa se pauta no recorte dos três primeiros intendentes de Belém no período republicano e suas respectivas importâncias para esse processo. Partindo de José de Gama e Abreu, conhecido pelo título de Barão de Marajó, chegando ao discreto Silva Rosado e concluindo no icônico intendente Antônio Lemos.

Estabelecemos assim, três momentos norteadores para o andamento da pesquisa e para a busca de respostas aos objetivos propostos em relação ao desenvolvimento segregado da iluminação elétrica. Trata-se da elaboração do projeto em 1892 por Barão de Marajó e sua aprovação junto ao Conselho Municipal no ano de 1894. Em seguida, a aclamada e esperada inauguração do serviço em fevereiro de 1896 já na administração de Silva Rosado e por fim, na administração de Lemos a continuação do fornecimento com a quebra do contrato inicial e o início de outro com um industrial britânico em 1905.

Nesse percurso, a pesquisa se norteou sempre pelos aspectos socioespaciais de uma cidade em ex-

pansão territorial e grande crescimento econômico, com um expressivo número de pequenas e médias indústrias que se instalavam em seu centro enquanto determinados espaços se viam cada vez mais distantes do culto ao progresso realizado pelos intendentess e a classe elitista que buscava em Belém uma imitação do estilo de vida parisiense, como discute Sarges (2002).

### **Os primeiros impactos da implantação**

Belém caminhava a largos passos rumo ao desenvolvimento urbano de seus espaços, e prestes a inaugurar o serviço de iluminação via eletricidade muitas eram as colunas em jornais que se debruçaram sobre as mudanças que esse grande avanço traria, sem ignorar o que o passado da iluminação da cidade trazia à memória de quem escrevia sobre.

Cabe-nos dizer algumas palavras sobre a iluminação pública, mostrando assim que A Província não é indiferente a tão grande melhoramento, como o que a municipalidade acaba de introduzir em Belém.

Em 1845, terminava a iluminação inteiramente irregular e parcial da cidade, começando a que era feita pelo systema de azeite, que mais tarde foi substituída pela iluminação por meio de alcoolato. Em 1862 foi lavrado contracto para iluminar a cidade a gaz, para o que eram empregados 1.200 combustores que, depois, sucessivamente, subiram a 1.757, numero com que terminou o contracto com a Companhia de Gaz, a 4 de outubro de 1892, sendo ainda prorrogado por mais dois annos e, finalmente, por dezoito meses, até o inicio da luz pelo systema elétrico. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, nº35, 04.02.1896, p. 1)

Dias após a inauguração do serviço de iluminação elétrica em Belém, muitos foram os impactos na repercussão midiática do assunto que mais rendia

comentários e vislumbres da sociedade de Belém. Na citada coluna destinada ao assunto da iluminação elétrica, o jornal *A Província do Pará* faz um balanço da iluminação pública em Belém desde as décadas iniciais do século XIX até o presente momento da inauguração do serviço de iluminação via eletricidade.

São apresentados fatos e impressões acerca dos anos que receberam esses outros sistemas de alimentação energética e finda-se na antecessora iluminação a gás, que gradativamente perdeu espaço, contudo, mesmo após o início do uso da eletricidade, permaneceu sendo utilizada em alguns setores da capital paraense.

Segundo Velloso (2002), a chegada da eletricidade na iluminação define simbolicamente a disparidade entre essas relações dos locais de moradias, influências burguesas e os bairros periféricos. No caso da modernidade brasileira, as desigualdades já existentes pelo nosso particular processo histórico entram em evidência nas características do modelo de desigualdade urbano europeu. Com a ascensão das redes elétricas que se expandiram pelas ruas de cidades brasileiras, se expandia também as disparidades entre setores centrais e periféricos na diferenciação clara entre zonas iluminadas e zonas escurecidas.

As interações entre as diferentes classes que configuram a cidade moderna podem nos apontar com mais clareza a ação do homem em prol de modificações no espaço de interação entre as distintas camadas sociais. Entretanto, desenvolvendo limites entre a socialização de suas ações, isto é, limitando o usufruto dos serviços modernizados com o advento da *Belle Époque*, em específico no caso da iluminação elétrica.

A expansão das dimensões territoriais das cidades necessitava de um processo simultâneo de amparo. Todavia, os limites que a iluminação e seus projetos tomavam, carregavam em seu bojo o símbolo dessa

desigualdade: as luzes acompanhariam a cidade com força de conveniência, e por prioridade, às regiões centrais, com maior poder de representação política e econômica.



Planta da cidade de Belém, 1899. Fonte: CACCAVONI, Arthur. Álbum descriptivo del Pará – 1898. Gênova: F. Armanino, 1898; -. Álbum descriptivo Amazônico – Anno II 1899. Gênova: F. Armanino, 1899; -.

Pará Comercial na Exposição de Paris. 1900.

Na planta produzida em Gênova por Fratelli Armanino, a vista ampla da configuração dos limites ter-

ritoriais de Belém deixa a clara impressão de uma cidade com diversos espaços vazios em volta das regiões que possuem evidente e racional organização nos parâmetros urbanos do município. Os chamados “terrenos baixos” podem ser observados na região litorânea e no interior do município. Apesar das linhas traçadas em suas extensões, não existem denominações de ruas ou estradas nessas localidades isoladas e as suas interações com as zonas massivamente habitadas ficam a questionamentos de quem observa a imagem.

Como aponta Soares (2008), as elites estavam cada vez mais confortáveis nos recém-criados bairros de suas propriedades, Marco, Umarizal, Nazaré e Batista Campos. Retirados da barulhenta e agitada vida do centro comercial, podiam desfrutar de relativa paz e com a certeza que em breve período receberiam em suas localidades os melhores serviços que o Estado local poderia lhes oferecer.

Concomitante à ocupação desses novos bairros, parte da cidade se expandia para os chamados Terrenos baixos, passíveis de alagamentos e desamparados pelas ações modernizadoras dos governantes. A demanda da iluminação elétrica – assim como os outros melhoramentos aplicados em serviços públicos – obedecia unicamente às necessidades dos referidos bairros elitistas citados anteriormente, como pode-se notar em queixas no jornal *A Província do Pará* de 7 de fevereiro de 1896: “Ante-hontem, das 7 às 10 horas da noite, os bairros de Nazareth, São João e Umarizal, estiveram completamente às escuras”.

Além da interpretação acerca dos bairros presentes na crítica do periódico fazerem apenas referência à áreas da elite de Belém, podemos entender também que já nos primeiros dias de serviço da iluminação, eram visíveis as falhas na distribuição de luz para grande parte da cidade. Isto colocava em xeque o

planejamento feito por anos entre a idealização de uma cidade de requinte urbanístico e bem iluminada com o melhor que a tecnologia energética tinha a oferecer naquele momento.

**Antônio Lemos e as novas luzes:  
consolidação ou ruína?**

(...) Tive ocasião de visitar a usina elétrica, pouco após a minha investidura, encontrando-a em boa ordem. Prosseguiam ali trabalhos de grande valia (...) Na ocasião de minha visita trabalhava-se no escriptorio da usina em prontificar as plantas parciaes da cidade, com designações em diversas secções em que se decompõe a illuminação (...) No capítulo referente ao embelezamento e saneamento urbanos ficaram registrados todos os principaes augmentos feitos na illuminação publica durante o meu governo. Posso afirmar que o serviço está hoje elevado o dobro do que era em fins de 1897. (LEMOS, 1903. p. 251)

Um das principais características da gestão de Antônio José de Lemos seria a autopromoção por meio de relatos dos feitos pela Intendência Municipal enquanto era por ele administrada. No texto citado, o Intendente narra sua visita à usina de eletricidade com a preocupação de enaltecer o trabalho que realizavam os profissionais lá presentes, mas não sem deixar notória a sua suposta melhoria notada a partir de sua gestão, no final de 1897.

Segundo Sarges (2002), as exposições realizadas das obras de Antônio Lemos não se contentavam com divulgações locais, buscando horizontes mais amplos e que “fizessem vitrine” de seus trabalhos realizados em Belém. Investimentos maciços em publicações de relatórios detalhados e tendenciosos se dariam em seus mais de dez anos de gestão, na incessante bus-

ca da fabricação de sua identidade política a partir do progresso urbanístico em Belém.

A fabricação de sua imagem pública acompanhou o intenso processo de aburguesamento que Belém sentiu na passagem do século XIX para o século XX. Importante salientar que assim como no caso da iluminação elétrica, algumas ações governamentais e serviços de âmbito público já funcionavam quando Lemos assumiu a Intendência Municipal em novembro de 1897. Desse modo, suas políticas tinham um aspecto muito mais de aprimoramento do que de pioneirismo de obras públicas.

Entre essas obras, destacam-se as feitas no perímetro urbano de Belém, que Lemos chamava em suas palavras de “embelezamento”. As melhorias no setor central da cidade tinham por objetivo maior nos planos do gestor municipal de aproximar a capital paraense de grandes metrópoles símbolos do mundo da Belle Époque, principalmente a aclamada e deveras imitada Paris Haussmanniana.

É neste contexto histórico-cultural que a rua, espaço de circulação de todos os tipos sociais, exigiu uma reurbanização, de modo que viesse a atender especialmente o lazer e a locomoção dessa elite que tinha avidez em mostrar o seu poder e a sua identificação com a cultura europeia aburguesada. (SARGES, 2002. p. 135)

Como aponta Sarges (2002), Lemos tinha uma indiscreta repulsa por costumes “bárbaros” da plebe de Belém. Seus hábitos populares nem de longe poderiam atribuir elegância ao que o intendente sonhava para a idealizada região do centro. Essas características das classes subalternas criavam nos planos da Intendência Municipal um desejo voraz de embelezar a cidade limpando suas ruas e casas de quaisquer resquícios de insalubridades deixadas por alguns cortiços que ainda

resistiam no centro.

Estava assim, evidente a ação de Antônio Lemos para a repressora exclusão dessas camadas populares dos benefícios e avanços que os espaços privilegiados da urbe belenense poderiam oferecer, afastando-os cada vez mais para as regiões afastadas do município. Perante os olhos de todos estava uma cidade que atingia seu auge na economia, melhorava seu serviço de iluminação elétrica na rede pública e concomitante a este processo, extrapolava as ações de desigualdades sociais, de modo conveniente para a relação entre a burguesia e poder público.

Mas como a burguesia não pode dispensar o Estado, quanto mais não seja para manter em respeito o proletariado que lhe é igualmente necessário, utiliza o primeiro contra o segundo e procura manter o Estado mais afastado possível naquilo que lhe diz respeito. (ENGELS, 2008. p. 339)

Tornava-se útil ação do Estado para os interesses restritivos da classe elitista em Belém, expulsando as populações populares, inclusive pela especulação imobiliária apontada por Soares (2008), das regiões centrais e isolando-as de todas as luzes que as melhorias da iluminação poderiam trazer à municipalidade. Partindo dessa ideia, pode-se entender muitas das raízes que construíram uma linha tão tênue entre centro e periferia em Belém e em como os caminhos traçados pelo planejamento da empresa *Pará Electric Railways* seguiram esse ideal de restrição e segregação.

Partindo dessa discussão entre causas e impactos da segregação espacial no meio urbano, o projeto de 1905 traçado pela empresa britânica, delimitaria de forma excludente as regiões chamadas “terrenos baixos” do conjunto do espaço urbano de Belém. Do ponto de vista topográfico, isso possuía algumas explicações que foram levadas em consideração no planejamento

da Intendência Municipal e da *Pará Electric Railways and Lighting*.

Como já foi discutido anteriormente, os terrenos baixos de Belém – regiões alagadas e suscetíveis a enchentes advindas do alto índice pluviométrico da região Norte do Brasil – estavam alheios ao processo de construção e melhoramentos dos bairros recém-criados na faixa central da cidade. Outro ponto importante é que além do serviço de iluminação, a empresa de Christopher Moller se pautava nos serviços de transporte para o andamento das obras de iluminação elétrica.

Portanto, a malha ferroviária percorreria apenas os terrenos de relevo favorável à inserção dos trilhos para os bondes. Isso colabora bastante para a compreensão de uma Belém que interligava cada vez mais sua região central e mediante isso, privilegiava apenas a iluminação de espaços próximos a esse restrito setor elitista da metrópole paraense.

As regiões marcadas na planta do projeto recebiam os traços que as incluíam no processo de integração aos caminhos da urbe, entretanto, não as colocavam na condição de inclusas nos trajetos dos bondes, tampouco nos brilhos das lâmpadas de Lemos. Compreendidas como regiões acidentadas e de acesso dificultado, - como as que estão na região sul da cidade, atuais bairros Curió-Utinga e Terra Firme – receberam cada vez maior omissão por parte do poder público, excluindo seus moradores e frequentadores das sociabilidades desenvolvimentistas de Antônio Lemos.

Desta forma, a segregação na Belém da *Belle Époque* evidenciava os aspectos socioeconômicos e poderia ser fortemente sentida nos rastros das sombras deixadas pela parte escurecida do município. O compromisso da iluminação eficaz e moderna por parte do intendente estava cada vez mais esclarecido como um pacto da burguesia local com o poder público. Isso tra-

zia no bojo da modernização a exclusão de uma grande parte dos domínios espaciais da capital paraense.

### **Conclusão**

Trabalhar com a temática da modernização nos propõe a busca das transformações que o mundo moderno traz, e junto dele a ideologia do volátil e dinâmico, sempre presente nos campos de estudo da modernidade. As modificações amparadas no ideal de progresso tecnológico são uma tônica que desenvolveu na sociedade capitalista a frenética busca por consumo e intensificação da lógica do mercado nas necessidades do cotidiano.

No caso pesquisado e discutido da iluminação elétrica, essa modernização recebe sentidos dúbios entre o progresso defendido pelos setores da burguesia e as distinções sentidas mais marcadamente nos espaços ocupados pela classe trabalhadora. No específico recorte de Belém, isso foi ainda mais evidenciado pelo serviço de iluminação elétrica. Falho, restrito ao centro e pouco eficaz para a massa de trabalhadores que vivia a quilômetros do coração comercial e político da capital paraense.

Pensar a partir dessa realidade que os serviços modernizados recebem melhoramentos para primariamente servir às classes dominantes não é apenas um retrato determinista da situação urbana de Belém. É um ponto de partida para aos poucos percorrermos caminhos na pesquisa da História do Urbanismo local e como mesmo embrionárias, essas transformações no início do século XX seriam sentidas ainda no período da presente pesquisa, mais de cento e vinte anos depois do início do fornecimento desse serviço público.

## Referências Bibliográficas

CACCAVONI, Arthur. Álbum descriptivo del Pará – 1898. Gênova: F. Armanino, 1898; -. Álbum descriptivo Amazônico – Anno II 1899. Gênova: F. Armanino, 1899; -. Pará Comercial na Exposição de Paris. 1900.

ENGELS, Friedrich. A Condição da Classe Trabalhadora na Inglaterra. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

SARGES, Maria de Nazaré. Belém: Riquezas Produzindo a Belle Époque (1870-1912). 3º ed. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010.

\_\_\_\_\_. Memórias do “Velho Intendente” Antônio Lemos (1969-1973). – Belém: Paka-Tatu, 2002.

SOARES, Karol Gillet. As formas de morar na Belém da Belle Époque (1870-1910). 2008. 247 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2008. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia.

VELLOSO, V. P. A Eletricidade no Brasil sob a Perspectiva da História Social. História, Ciências e Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, Vol. 9(3): 705-9, set-dez. 2002.

WEINSTEIN, Bárbara. A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência (1850-1920). São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.

Relatórios de governo

A Província do Pará, Belém, 04 de Fevereiro de 1896, p. 01.

BRASIL. O Município de Belém – 1903. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na seção de 15/11/1903 pelo Exmo. Sr. Intendente Antônio José de Lemos. Belém: Archivo da Intendência Municipal. 1904

## REFLEXÕES SOBRE O ESTADO DA ARTE DA HISTÓRIA URBANA

---

Maira Eveline Schmitz<sup>1</sup>

Pensar a contemporaneidade é pensar em termos urbanos; a tônica do mundo moderno – pelo menos do ocidental – dá-se pela espacialidade urbana, sua materialidade e seu capacidade de engendrar representações simbólicas. O fenômeno urbano pode ser analisado sob o viés histórico e segue um caminho que transpassa a história da cidade e desemboca em uma linha de pesquisa denominada de História Urbana. O historiador Charles Monteiro (2012), ao procurar identificar as principais vertentes desta linha, apontava para o desafio de definir os limites entre uma e outra – a história da cidade e a história urbana – e de identificar o que diferencia ambas dos outros campos historiográficos. Correspondem a um objeto próprio, ou a uma problemática de pesquisa? São uma metodologia específica, ou uma teoria particular?

Quem se dedica a estudá-lo, de todo modo, inevitavelmente reconhece seu caráter multifacetado, tanto em relação aos múltiplos atores que constituem a vida urbana, quanto às diferentes temporalidades que se conectam no espaço de uma cidade. A tarefa, ainda, é mais desafiadora por se tratar de uma área tradicionalmente multidisciplinar. Nesta perspectiva, neste artigo, propõe-se abordar alguns elementos do estado da arte da chamada História Urbana, identificando suas principais vertentes de pesquisa. Para tanto, a análise segue a retomada historiográfica realizada por Monteiro (2012), amparando-a em Bresciani (1990) e Pechman (1992).

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História pela UFSM, sob orientação do Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> José Marinho Rodrigues Remedi. Docente no IFFar - campus Santa Rosa. Contato: maira.schmitz@gmail.com

## **A História Urbana e suas origens no século XIX**

Muitas das pesquisas sobre as cidades apontam que esta produção intelectual iniciou na Europa do século XIX (BRESCIANI, 1990; MONTEIRO, 2012; PECHMAN, 1990; PESAVENTO, 1995). Destacam, inclusive, que os primeiros a se dedicarem às cidades foram profissionais técnicos – como médicos e engenheiros – e literatos.

O mundo industrial e a crescente urbanização resultantes de movimentos migratórios revelaram uma realidade inédita aos contemporâneos e Pechman chama a atenção para o fato de que as cidades no século XIX foram vistas pela sociedade como um grande problema (1992, p. 29). Os estudiosos ocupavam-se, então, de estudar as aglomerações urbanas a fim de propor soluções que permitissem cidades mais amplas, arejadas, higienizadas e modernas. Seu caráter de totalidade, portanto, só irá ser apreendido como objeto de estudo pela ocorrência de avanços da técnica e da ciência e a sua aplicação na forma e na função das cidades: é por meio do urbanismo que a cidade se inscreve na história enquanto objeto (SILVA, 2011). Isto ocorreu, em parte, porque até o século XIX era marcante a ausência de cadastros e documentos cartográficos confiáveis, relativos aos modos de produção e transformação da cidade (CHOAY, 1999, p. 157)

A vertente que se dedica à perspectiva do urbanismo se mantém atual, especialmente porque os projetos e as expectativas sobre as cidades também são históricos, adequando-se e criando contextos de idealização do urbano. Este viés é essencial para que se possa entender como diferentes perspectivas do urbano influenciam a organização material e social nas cidades. A dissertação de Wesley Garcia Ribeiro Silva (2011), por exemplo, trata dos Planos Urbanos consti-

tuídos para a cidade de Natal (RN) na década de 1960, em uma abordagem que entende o urbanismo não somente como uma maneira de verificar o espaço urbano, diagnosticando-o e propondo soluções ideias, mas como um poderoso canal de construção de representações e da própria narrativa sobre a memória da cidade.

Além da materialidade, o século XIX colocou a questão social das cidades. Generalizaram-se, então, uma série de temas, como a moradia, a epidemiologia, a pobreza, a criminalidade e o desemprego (PECHMAN, 1992). No campo da História – que até então havia se ocupado basicamente em ver na cidade antiga a origem da democracia, ou transitando a cidade medieval “entre uma história econômica (a cidade como lugar da acumulação), uma história política (a cidade como base do novo pacto social) e uma história social (o papel da cidade na constituição da sociabilidade burguesa)” (1992, p. 31) – ganha espaço a chamada História Social.

No Brasil, a força teórica da história social voltada às cidades baseou-se na conjunção das proposições de Michel Foucault e de E. P. Thompson, marcando uma vertente que surgiu ao longo das décadas de 1970 e 1980 e que conserva sua influência até hoje. A título de exemplo, cita-se a dissertação de Jaqueline Hasan Brizola (2014) sobre os impactos da epidemia de varíola na cidade de Porto Alegre no século XIX.

As primeiras pesquisas sobre urbano, assim, abordaram o estudo das formas arquitetônicas e das remodelações urbanas, por um lado, e da história social do operariado, da moradia, das epidemias e das medidas sanitárias, por outro. Ainda que relacionadas com o surgimento da sociedade industrial, estas preocupações se mantêm na ordem do dia, sendo reelaboradas conforme novos espaços, fontes e abordagens vão sendo incorporadas, dando ensejo a outros estudos acadêmicos.

## A História Cultural do urbano

Na década de 1980, em um contexto que pautou questões como a cidadania, os direitos políticos e civis e as identidades individuais e coletivas, destacou-se a emergência da Nova História Cultural. Inspirada na chamada terceira geração dos *Annales*, mas com o pioneirismo de historiadores ingleses e norte-americanos (SILVA, 2011), instigou também reflexões sobre o papel das cidades na nova conjuntura.

Na historiografia brasileira, o olhar da história cultural foi constituído principalmente pela recepção da obra de Walter Benjamin, enfatizando a reflexão sobre as mudanças ocorridas na sociedade, em especial nas grandes cidades. Uma das autoras pioneiras, neste sentido, foi Sandra Jatahy Pesavento, historiadora que lançou mão de conceitos como representação, imaginário e modernidade. Em seu texto clássico, *Muito além do espaço: para uma história cultural do urbano*, ela afirma que o objetivo é buscar

resgatar a cidade através das representações, entendendo o fenômeno urbano como um acúmulo de bens culturais. Ora, considerando a cultura como uma rede de significados socialmente estabelecidos, a cidade é o espaço por excelência para a construção destes significados, expressos em bens culturais. Nosso intento é, pois, resgatar a cidade como real através da “leitura da cidade”, ou de suas representações. (PESAVENTO, 1995, p. 281)

Na mesma direção, Bresciani insere a questão das imagens da cidade, consolidando uma perspectiva que a entende como múltipla e plural. Ambas as autoras auxiliaram a construir a noção de que o urbano é a conjunção de seus elementos materiais e simbólicos em interrelação. Como exemplo desta interpretação nas últimas décadas há as pesquisas de Fabiana Ioris (2003) e Daniela Marzola Fialho (2010).

A Nova História Cultural não propôs somente novos olhares e abordagens, mas lançou mão de outras fontes para o estudo do urbano. Dentre estas, destaca-se principalmente a fotografia.

Ana Maria Mauad, na sua tese (1990) sobre a classe burguesa carioca na primeira metade do século XX, inovou ao tomar como fontes um acervo particular de fotografias e revistas ilustradas e ao propor uma análise histórico-semiótica da mensagem fotográfica a partir da constituição de séries e da elaboração de categorias de análise. Seu trabalho é inspirador para a maior parte dos pesquisadores da fotografia.

Outro trabalho icônico é o de Zita Rosane Possamai (2005), no qual analisa álbuns de vistas urbanas da cidade de Porto Alegre nas décadas de 1920 e 1930. Com um procedimento metodológico acurado, procurou compreender a construção de uma visualidade calcada no imaginário de modernidade urbana. Além dos temas fotografados, a autora reservou um espaço da análise para os fotógrafos e estúdios responsáveis pelas imagens. Depois do trabalho de Possamai, outros pesquisadores adotaram a temática dos álbuns, almanaques e revistas de vistas urbanas (a exemplo de EBERHARDT, 2018 e ROSSI, 2018), abordando a construção de um imaginário e/ou representações da modernidade nas cidades estudadas.

Outra contribuição da Nova História Cultural foi a abordagem de fontes literárias (MONTEIRO, 2012). Nesta linha, uma tese recente e interessante é a de Mariana Couto Gonçalves (2018), que estudou a modernização ocorrida na cidade de Pelotas (RS), entre as décadas de 1910 e 1920, focalizando as transformações operadas no ambiente urbano e as formas como foram vivenciadas pelos diferentes indivíduos que circularam por seus bairros e ruas, por meio de fotografias e crônicas publicadas na imprensa local.

A década de 1980 marcou também a reflexão sobre o direito às identidades, à memória e, até mesmo, ao esquecimento. No caso do urbano, isto se traduziu em discussões sobre políticas de preservação e salvaguarda do patrimônio cultural. O estado da arte sobre história urbana contempla, assim, os estudos que “abordam espaço e memória, os lugares de memória no espaço urbano, bem como aqueles que discutem a questão do patrimônio urbano como formas de compreender a cidade como um local de aprendizagem da história e da trajetória de uma sociedade no tempo” (MONTEIRO, 2012, p. 109).

Dentre muitos trabalhos desenvolvidos na temática, a dissertação realizada por Sandy Mumbach (2018) sobre a cidade de São Miguel das Missões buscou compreender como o patrimônio histórico das reduções jesuíticas foi instrumentalizado pelo discurso para atender a interesses de determinados grupos políticos na década de 1980. A autora verificou que o mesmo processo que deu visibilidade ao sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo, marginalizou outros grupos na memória regional, demonstrando um campo de disputas em relação ao patrimônio histórico.

### **Rumo à especialização da história urbana**

Baseado em Bresciani (1990) e Monteiro (2012), portanto, podemos sistematizar a área dos estudos em história urbana, portanto, a partir de algumas portas de análise: a questão técnica, com o urbanismo; a questão social e os problemas urbanos; as identidades sociais e a construção de uma lógica burguesa; as novas sensibilidades urbanas, com foco nas representações da modernidade; e as abordagens que incorporam os conceitos de memória e patrimônio.

Após este balanço geral – de forma alguma

exaustivo, ou finalizado –, observa-se que os trabalhos dedicados ao estudo das cidades têm focalizado cada vez mais a dimensão simbólica dos espaços urbanos, dando ênfase aos diferentes grupos sociais que compõem a urbe e aos modos como representam a cidade. Também é perceptível a crescente adoção de novas fontes de pesquisa, com metodologias que possibilitam um tratamento científico e uma interpretação crítica, com destaque para a fotografia e a literatura. Isto tornou possível o cruzamento e a contraposição de dados e informações, contribuindo para solidificar o caráter plural e multifacetado dos estudos urbanos.

Avançou-se muito nas temáticas, objetos e abordagens. No entanto, uma dificuldade parece ainda estar latente nas pesquisas historiográficas sobre cidades: a de lidar com o conceito de espaço. Nas últimas décadas, muitos historiadores se debruçaram sobre a categoria do tempo, buscando romper com um caráter puramente linear. O espaço, contudo, aparece cada vez mais naturalizado e restrito a delimitações *a priori*, como a descrição de um cenário onde as ações sociais se desenrolam. O espaço tem permanecido a-histórico.

A percepção de que é preciso retomar o conceito de espaço - criticamente historicizado – vem ganhando força nos últimos vinte anos, em especial nos Estados Unidos, a partir do *Spatial History Project* ou, simplesmente, História Espacial. Inúmeras pesquisas têm sido desenvolvidas no sentido de fomentar uma perspectiva espacializada da história e construir opções teóricas e metodológicas que deem conta de incorporar a espacialidade nas relações sociais.

Zephyr Frank, em sua recente obra *Reading Rio de Janeiro*, toma a literatura como fonte principal, espacializando discursos e relações, o que em uma perspectiva mais tradicional poderia ser entendida somente como representação simbólica. Philip Ethington, por

sua vez, contribui para o estudo da fotografia: em seu artigo sobre imagens da Revolução Mexicana em Los Angeles e na Cidade do México, afirma que “la historia tuvo lugar, y se hace visible en los paisajes del presente, incluyendo los artefactos que permanecen atados a los espacios globales de sus representaciones” (ETHINGTON, 2005, p. 201)

A história espacial também tem feito com que áreas tradicionais da história sejam repensadas. Angelo Torre (2018), por exemplo, indica como a história social tem a ganhar ao considerar de forma mais crítica categorias como espacialidade e localidade, com as quais têm operado de modo, senão indiferente, pelo menos demasiadamente “lógico”. Outro exemplo dos avanços nas interpretações que a perspectiva espacial pode gerar é o caso da História Antiga, demonstrado por Fabio Augusto Morales Soares (2015) no artigo em que aborda as intervenções urbanas em Atenas durante o governo romano do Imperador Augusto.

Observando a recente produção que toma como objeto central o espaço urbano no Brasil, observa-se uma tendência à interdisciplinaridade, com a utilização de tipos variados de fontes e uma predominância do recorte temporal contemporâneo de meados do século XX. Nesta direção, pode-se citar a tese de Antonio Silva Filho (2008) sobre a eletricidade em Fortaleza entre os anos de 1945 a 1965, onde procurou apreender novos padrões de consumo, mudanças na vida privada e nos hábitos domésticos, bem como outra configuração dos espaços da cidade e de novas sensibilidades.

Seu orientando, José Maria Almeida Neto (2015) percorreu um caminho semelhante, ao pesquisar a Praça de Pelotas, também na cidade de Fortaleza, no período compreendido entre 1888 e 1943, buscando mapear os usos do local e as alterações físicas e simbólicas dos espaços públicos conforme o crescimento da

cidade. Ambos os trabalhos fazem uso de fontes variadas, como almanaques, jornais, documentos da administração pública, fotografias e elementos materiais do espaço urbano.

### Considerações

Milton Santos, ao longo de sua obra, defendeu que a cidade e o urbano não são a mesma coisa: é possível fazer histórias da cidade e histórias do urbano. “O urbano é frequentemente o abstrato, o geral, o externo”, enquanto “a cidade é o particular, o concreto, o interno” (SANTOS, 1990, p. 242).

A cidade é uma região de lugares e é um lugar porque ela é uma totalidade, dispõe de um movimento combinado, segundo uma lei própria, que é a lei do organismo urbano a que está ligada. Na verdade, há leis que se sucedem, denotando o tempo que passa e muda as denominações desse espaço-tempo que é a cidade. É através desses dois dados que vamos unir a cidade e o urbano. (...) Assim, nos é permitido dirigir perguntas à cidade, que é afinal, o que desejamos: indagar à cidade a respeito da sua produção, já que a história da cidade é a história de sua produção continuada. A história de uma dada cidade se produz através do urbano que ela incorpora ou deixa de incorporar. (SANTOS, 1990, p. 243)

Toda cidade, assim, interliga-se a leis do urbano: das possibilidades de realização do urbano e, especialmente, dos descompassos entre as diferentes espacialidades. Compreender a história *da* cidade e *na* cidade, pressupõe compreender as teorias da cidade e do urbano que ditam os desejos e o ideal de cada época. No mesmo sentido, identifica-se que a própria área da história do urbano e das cidades busca responder a anseios e questionamentos a partir das questões urbanas de seu tempo. Isto somente será viável no momen-

to em que conseguirmos articular tempo e espaço na análise histórica.

### Referências Bibliográficas

ALMEIDA NETO, José M. As mudanças de usos da Praça Clóvis Beviláqua: do ponto do chafariz às águas da intelectualidade. Fortaleza-CE, 1888-1943. 2015. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFC, Fortaleza, 2015.

BRESCIANI, Maria S. Permanência e ruptura no estudo das cidades. In: Anais do I Seminário de História Urbana, Salvador, p. 11-26, 1990.

BRIZOLA, Jaqueline. H. A terrível moléstia. Vacina, epidemia, instituições e sujeitos: a história da varíola em Porto Alegre no século XIX (1846-1874). 2014. 167 f. Dissertação (Mestrado em História) - UFRGS, Porto Alegre, 2014.

CHOAY, François. A Alegoria do Patrimônio. Lisboa: Edições 70, 1999.

EBERHARDT, Camila. Um mar de imagens: representações imagéticas do município de Torres (1930-1960). 2018. 263 p. Tese (Doutorado em História)–Unisinos, São Leopoldo, 2018.

ETHINGTON, Philip J. En consecuencia con la imagen. Cronoscopia: la fotografía de la historia espacial de Los Angeles y Mexico. Secuencia, v. 61, p. 199–222, abr. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S0186-03482005000100200&cript=scri\\_abstract](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S0186-03482005000100200&cript=scri_abstract)>. Acesso em 15 abr. 2020.

FIALHO, Daniela M. Cidades visíveis: para uma história da cartografia como documento de identidade urbana. 2010. 479 p. Tese (Doutorado em História)–UFRGS, Porto Alegre, 2010.

FRANK, Zephyr. Reading Rio de Janeiro. Stanford University Press, 2016.

GONÇALVES, Mariana C. “Andei, sempre tendo o que ver e ainda não fora visto”: a modernização urbana pelotense a partir de crônicas e fotografias (1912-1930). 2018. 284 p. Tese (Doutorado em História)–Unisinos, São Leopoldo, 2018.

IORIS, Fernanda. Com os olhos no futuro: urbanização e modernidade no projeto editorial da Revista do Globo (1929-1935). 2003. 143 p. Dissertação (Mestrado em História)–URGS, Porto Alegre, 2003.

MAUAD, Ana Maria. Sob o signo da imagem: A Produção da Fotografia e o Controle dos Códigos de representação Social da Classe Dominante, no Rio de Janeiro, na Primeira Metade do Século XX. 1990. 339 p. Dissertação (Mestrado em História)–UFF, Niterói, 1990.

MONTEIRO, Charles. Entre História Urbana e História da Cidade: Questões e Debates, Oficina do Historiador, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 5, n.1, jan./jun. 2012, pp. 101-112

MORALES, Fábio A. Espaço, religião e império em Atenas na época de Augusto. In: Anais do Evento Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente, Niterói, p. 1-23, 2015. Disponível em: <<http://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/anais2015.htm>>. Acesso em 30 abr. 2020.

MUMBACH, Sandy. O processo de emancipação de São Miguel das Missões na década de 1980: o patrimônio em disputa. 2018. 99 p. Dissertação (Mestrado em História)-UFSM, Santa Maria, 2018.

PECHMAN, Roberto M. O urbano: invenção ou descoberta? Para pensar uma história urbana. In: Anais do II Seminário de História Urbana, Salvador, p. 29-34, 1992.

PESAVENTO, Sandra J. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. Estudos Históricos, Rio de Janeiro : CPDOC, n. 16, 1995.

POSSAMAI, Zita R. Cidade fotografada: memória e esquecimento nos álbuns fotográficos - Porto Alegre, décadas de 1920 e 1930. 2005. 287 p. Tese (Doutorado em História)-UFRGS, Porto Alegre, 2005.

ROSSI, A. Erechim, cidade moderna: espaço, corpo e civilidade nas décadas de 1950 e 1960. 2018. 81 p. Dissertação (Mestrado em História)-UFFS, Chapecó, 2018.

SANTOS, Milton. A cidade e o urbano como espaço-tempo: texto comentário. Anais do I Seminário de História Urbana, Salvador, p. 241-244, 1990.

SILVA, Wesley G. Cartografia dos tempos urbanos: representações, cultura e poderna cidade do Natal (década de 1960). Natal: EDUFRN, 2011.

SILVA FILHO, Antonio L. M. Entre o fio e a rede: a energia elétrica no cotidiano de Fortaleza (1945- 1965). 2008. 202 p. Tese (Doutorado em História)-PUC-SP, São Paulo, 2008.

TORRE, Angelo. Micro/macro: ¿local/global? El problema de la localidad en una historia espacializada. Historia Crítica, n. 69, p. 37-67, 2018. Disponível em: <<https://revistas.uniandes.edu.co/doi/full/10.7440/histcrit69.2018.03>>. Acesso em 10 abr. 2020.

## **“FILHOS DE UMA PROMESSA”: CONTEXTO HISTÓRICO E ASCENSÃO POLÍTICA DA FAMÍLIA LEITE EM DESTERRO-PB**

---

**Dêis Maria Lima Cunha Silva<sup>1</sup>**

### **Introdução**

As pesquisas historiográficas poucas vezes trazem em seus estudos análises de fatos relacionados às pequenas cidades do interior do país. É de suma importância o desenvolvimento de pesquisas que tragam fatos históricos que fazem referência às pequenas cidades como Desterro, por exemplo. Assim sendo, com as mudanças pelo qual a historiografia passou desde a década de 1920 com o surgimento da Escola dos Annales na França, me possibilitou investigar os fatos históricos que também ocorrem no interior do país.

Percebo a importância do papel do historiador para preservar a memória e conhecer os processos de mudança e/ou não pelo qual passaram nações, grupos de pessoas e também dar voz aos esquecidos da história, podendo assim dar voz e vez à Micro-história. Neste sentido, uma pesquisa como esta também objetiva conhecer os fatos históricos e do mesmo modo preservar tais fatos por meio da memória, uma vez que, desempenha um importante papel na escrita da história, seja essa memória coletiva ou individual.

Conforme Ricouer (2007) a memória é preciosa, sendo pelo mesmo tratada sob a ótica da fenomenologia, assim, ele compreende a memória em função dos mecanismos que constituem a lembrança. E para não ser esquecida o historiador fez e faz uso das mais variadas fontes. Vale salientar da importância da Nova His-

---

<sup>1</sup> Mestra em História pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Contato: deisprofhist.lima@gmail.com.

tória para que o historiador faça uso de fontes diversas como documentos oficiais ou não, monumentos, símbolos, entrevistas, jornais impressos, artefatos, obras de arte e etc.

### **Contexto histórico e ascensão política da família Leite em Desterro.**

A cidade de Desterro localiza-se no sertão paraibano, na Microrregião da Serra do Teixeira, a 292,8 km de distância da capital João Pessoa. Sua população é de, aproximadamente, 7.991 pessoas, segundo os dados do IBGE de 2010. O mapa abaixo nos mostra a localização dessa cidade na Paraíba.

Desterro é banhada por dois rios: o Taperoá e o dos Porcos. Atualmente a água desses dois rios está imprópria para o consumo humano devido ao alto nível de poluição. Entre os anos de 1977 e 1989, a principal fonte econômica dos desterreenses era a agricultura, por meio da qual se produziam gêneros alimentícios, como feijão e milho, e para comercializar, produziam-se algodão e sisal. O funcionalismo público também foi - e ainda é - uma fonte significativa de sobrevivência na cidade (BARBOSA, 1989).

Anualmente se comemora duas importantes festividades: juninas no mês de julho, que é chamada de João Pedro, e foi criada na década de 1990 e no mês de novembro a festa da Padroeira Nossa Senhora do Desterro. Essas são transmitidas pela Rádio Comunitária Entre Rios, principal meio de comunicação da cidade. Na comunidade rural da Pedra Atravessada, se produz atualmente artesanato com o barro próprio e se fabrica utensílios domésticos e objetos decorativos.

O catolicismo é a religião predominante dos desterreenses, todavia há na cidade adeptos de religiões de origem protestante. Por volta dos anos de 1870

a 1889, iniciou nas mediações da povoação de Desterro a primeira feira, onde os primeiros comerciantes se encontravam para comercializar gêneros alimentícios, animais e/ou produtos de primeira necessidade para aquele período. A partir desse período “[...] começaram a surgir as primeiras edificações, por volta de 1889, ano da proclamação da república do Brasil. [...]” (BARBOSA, 1989, p. 18). A feira cresceu, assim como o povoado, inclusive essa feira existe até os dias atuais.

O acesso às imediações do povoado foi facilitado por João Suassuna quando na década de 1920 melhorou o trajeto “[...] carroçável entre Taperoá e Teixeira pela inspetoria, [...] ultimamente reparei e modifiquei o traçado do trecho de Taperoá a Desterro, na extensão de 35 quilômetros, [...]” (SUASSUNA, João, 1928, p. 160)<sup>2</sup>. Ainda na primeira metade da década de 1920 o povoado recebeu a instalação de uma agência dos correios por intermédio também de João Suassuna, que foi o deputado federal apoiado por Teixeira neste período, além de Quintino Leite Ferreira de Albuquerque Montenegro, influente liderança em Desterro.

Segundo informações da Revista do IBGE de 1960, as cidades sertanejas tinham características semelhantes no que se refere à sua criação e à origem - originaram-se da edificação de uma capela ou pequena igreja. A partir de então, aglomeravam-se certo número de agentes sociais. Com o crescimento, essas cidades eram elevadas à categoria de vilas, como aconteceu com Desterro. Os documentos encontrados no arquivo pessoal do Sr. José Soares Sobrinho e na Prefeitura Municipal dão conta de que, em Desterro, esse processo de aglomerações iniciou ainda no Segundo Reinado (1840-1889), quando os primeiros moradores - o Sr. Manuel dos Reis Souza e sua esposa, Silvéria

---

<sup>2</sup> Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros (PB) - 1891 a 1930. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720445&PagFis=0> > Acessado em 22 de outubro de 2019.

Maria da Conceição - compraram as terras que pertenciam ao Barão de Icó e chegaram ao sítio por volta de 1845, o qual se localiza entre os dois rios aqui citados. Por essa razão, foi chamado de Sítio Entre Rios.

Nesse período, o norte agrário passava por grandes dificuldades e epidemias, consequência da grande seca que assolava a região, e de forma mais específica, o surto epidêmico de cólera e de febre amarela, que assolou a Paraíba na década de 1850. De acordo com Chalhoub (1996), o medo da doença era tanto que se espalhou pelas províncias acometidas pelo mal a ideia de que as doenças seriam um castigo divino devido ao mau comportamento da população por cometer excessos e pecados. Com o intuito de afastar as doenças. Nesse caso, o medo que assolou os moradores do Sítio Entre Rios fez com que recorressem à ajuda dos santos, mais precisamente, a Nossa Senhora do Desterro.

As autoras Mariano e Mariano (2012) pontuaram que o medo que se tinha dessas epidemias na Província da Paraíba, nas décadas de 1850 a 1860, era tanto que se evitava pronunciar o nome das doenças, que recebiam apelidos como “hóspede indesejado”, para se referir à cólera, por exemplo. Para tentar afastar o “hóspede indesejado”, a Senhora Silvéria fez uma promessa para que Nossa Senhora do Desterro desterrasse aquelas doenças, e se fosse atendida, ergueria um cemitério com uma singela capela para homenagear a Santa. A promessa foi cumprida - o cemitério foi erguido juntamente com a capela em homenagem a Nossa Senhora do Desterro – onde, atualmente, está localizada a Igreja Matriz da cidade construída por volta de 1929.

O povoado de Desterro foi elevado a Distrito, como consta “[...] no quadro anexo ao Decreto-lei estadual nº. 01 010, de 30 de março de 1938 [...]” (FERREIRA, 1960, p. 408). Durante todo o período da chegada dos primeiros habitantes até a emancipação política, a

povoação pertenceu à cidade de Teixeira, que se encontrava habitada desde o Século XVIII e municipalizada a partir da lei provincial de número 04, de 29 de agosto de 1859. Um século depois, em 1959, foi criado o município de Desterro, por meio da Lei nº 2.180, de 22 de outubro de 1959.

Com a emancipação de Desterro, foi nomeado para administrar o “novo” município Aurélio Fernandes da Silva<sup>3</sup>, para o período de 1959 a 1961, pelo então governador Pedro Gondim (1958-1960; 1961-1966)<sup>4</sup>, que se utilizou da prerrogativa do Artigo 3º da lei de emancipação de cidade que estabelecia: “Enquanto não se verificarem as eleições para prefeito, vice-prefeito e vereadores, o Poder Executivo será exercido por um prefeito de livre nomeação do governador do Estado [...]” (Diário Oficial, ano 11, 1959). O objetivo da emancipação teve pretensões políticas, já que Silveira Dantas<sup>5</sup> concorreu à eleição de 1959, na cidade de Teixeira,

---

<sup>3</sup> Aurélio Fernandes da Silva veio de Recife-PE. Foi cabo da Polícia Militar em Pernambuco. Chegou a Desterro no período em que foi trabalhar na cidade de Itapetim – PE. Dados obtidos a partir da entrevista concedida pelo Senhor José Soares Sobrinho à autora, em 03 de outubro de 2019.

<sup>4</sup> Pedro Moreno Gondim nasceu em Alagoa Nova-PB (1914-2005). Ingressou na vida política em 1945, logo depois de implantado o Estado Novo, e se filiou ao PSD. Em 1947, foi eleito deputado para compor a Assembleia Constituinte da Paraíba, e em 1955, vice-governador, juntamente com Flávio Coutinho, apoiado por uma coligação formada pelo PDS/PL/PSB e UDN. Assumiu o governo do Estado em janeiro de 1958, porque o governador havia se afastado por questões de saúde. Foi candidato ao cargo de governador pelo PSB e expulso do PSD. A vitória de Pedro Gondim garantiu à UDN o retorno ao poder político no Estado e significou a derrota do esquema liderado por Ruy Carneiro e Argemiro de Figueiredo. Desligou-se do Partido Social Democrático (PSD) e filiou-se ao Partido Democrata Cristã (PDT). Venceu a eleição de 1960 em uma coligação composta pelo seu partido, PDT, UDN, PSB e PL. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pedro-moreno-gondim>>. Acessado em 13 de novembro de 2019.

<sup>5</sup> Silveira Dantas é membro da influente família Dantas da cidade de Teixeira. Essa família chegou à região que, mais tarde, passou a ser chamada de Teixeira no Século XVIII. Sua atuação política perpassou todo o período da História do Brasil. Sobre os Dantas em Teixeira, consultar: DANTAS, Fábio Lafaiete e DANTAS, Maria Leda de Resende. Uma família na Serra do Teixei-

pela UDN e não foi eleito, visto que, quando concorreu em 1960 ao cargo de prefeito na cidade de Desterro, ao lado de Paulo Leite Ferreira, foi eleito com 542 votos<sup>6</sup>.

A criação de novas unidades administrativas despertou o interesse pelos cargos eletivos do Executivo e do Legislativo municipal no processo emancipatório. No caso de Desterro, o Senhor Aurélio Fernandes foi indicado pelo governador, mas, na primeira eleição, foi eleito um membro da família Dantas, que, durante muitos anos, manteve sua influência política em Teixeira, cidade à qual pertenceu Desterro. Quando os municípios são desmembrados política e territorialmente, não perdem por completo a relação política com o território anterior e se tornam um espaço “novo” para a atuação de “novos” agentes políticos. Com a criação da cidade de Desterro em 1959, um novo espaço de poder e de atuação das elites locais surgiu em concordância com as elites estaduais. As cidades que foram emancipadas, “[...] no fim da década de 1950 e início da seguinte relacionam-se com Pedro Gondim. A criação de municípios foi uma das bases em que esse governador ancorou seu apoio político, com um discurso dirigido às populações locais. [...] (BEZERRA, 1993, p. 71).

Pedro Moreno Gondim foi eleito vice-governador ao lado de Flávio Ribeiro Coutinho<sup>7</sup> na eleição de

---

ra: Elenco e fatos. Recife: Liber, 2008.

<sup>6</sup> Dados obtidos no Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba. Disponível em: <<http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>>. Acessado em 22 de agosto de 2018.

<sup>7</sup> Flávio Ribeiro Coutinho (1882-1963) nasceu no município de Pilar, na Paraíba. Iniciou a carreira política ao lado de Epitácio Pessoa, em 1915, e chegou a liderar o Partido Republicano da Paraíba em Itabaiana. Foi eleito deputado estadual para o período de 1924 a 1926. Participou, com José Américo de Almeida e Argemiro de Figueiredo, da criação da UDN na Paraíba. Concorreu ao cargo de governador em 1955, por meio de um acordo pluripartidário articulado por José Américo ao lado de Pedro Moreno Gondim como vice pelo PDS. Ver mais em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/coutinho-flavio-ribeiro>. Acessado em 09 de março de 2019.

1956. Contudo, depois que o titular se afastou para tratamento de saúde, Pedro Gondim assumiu o governo do estado interinamente. Em março de 1960, afastou-se do governo para se candidatar ao cargo do executivo estadual e contou com o apoio dos líderes políticos de Desterro, que, por meio de uma carta, agradeceu pela contribuição:

[...] Registre, com a merecida atenção, o propósito expresso por V. S. de voltar a sufragar os nomes de nossos candidatos a Prefeito e Vice-prefeito de Desterro, assegurando, assim, a vitória integral das forças oposicionistas nesse promissor município. Aguardo com o melhor empenho municipalista a integração de Desterro em sua futura administração eleita pelo povo, afim (sic) de propiciar, durante o meu Governo, todos os meios ao alcance do Estado para a verdadeira emancipação dessa comuna, através de uma gestão local organizada e profícua. Pedro Gondim (GONDIM, Pedro, [carta] João Pessoa, 24 de outubro de 1960 [para] DANTAS, Manoel Silveira).

O documento mostra a articulação, a organização e os arranjos entre os líderes políticos desterrenses e o principal representante do poder político estadual, para construir e manter as redes de influência e perpetuação do capital social e político-familiar na cidade. Entendo que, desde que a cidade foi criada, a família Leite esteve ao lado do governo, que garantiu uma contribuição necessária para administrar o município, o que facilitaria a aquisição dos recursos para atender às demandas dos cidadãos desterrenses. Em troca da “ajuda”, o grupo político da família Leite colaborou, durante os períodos eleitorais, para eleger os candidatos indicados pelo governo e o próprio Pedro Gondim, em outubro de 1960. Com esse objetivo, na cidade de Desterro, para as eleições de 1960, houve articulações mais diretas do grupo familiar Leite e a construção do

seu capital político (BOURDIEU, 2010). Assim, os líderes políticos da cidade se organizaram e compuseram o partido do governo, os quais, nesse período, estavam concentrados na UDN: “[...] Aberta a reunião [...] o presidente declarou que a finalidade da presente convocação era organizar o Diretório Municipal da UDN, no Município [...] (Ata da primeira convenção da UDN, 1960, p. 2).

A convenção para formar o Diretório da UDN no município de Desterro aconteceu no dia 5 de março de 1960. Essa formação foi muito importante devido à presença do deputado estadual Joacil de Brito Pereira, que, nesse período, era o líder da bancada udenista na Assembleia Legislativa da Paraíba. Também estiveram nessa reunião o presidente do Diretório Municipal de Teixeira, Manoel da Silveira Dantas, primeiro prefeito eleito da cidade de Desterro. O curioso é que participaram dessa convenção muitos integrantes do grupo político-familiar Leite.

A formação da Diretoria da UDN em Desterro, em 1960, já apresenta a participação de João Leite e de Geraldo Leite. Com a criação da ARENA, os líderes citados migraram e consolidaram o situacionismo bipartidário em Desterro. Apesar da presença de outros líderes no contexto de organização partidária na cidade, o diretório foi composto, predominantemente, de pessoas com o sobrenome Leite. Em 1962, quando o Sr. Silveira Dantas faleceu, o Diretório se reuniu em 15 de novembro para escolher o novo presidente do partido. De 37 membros, o escolhido por unanimidade foi Paulo Leite Ferreira. Com a morte de Silveira Dantas, o grupo político da família Leite ascendeu politicamente na direção do partido e se consolidou como liderança local.

É importante ressaltar que, embora a ascensão a líder do partido tenha ocorrido depois da morte de Silveira Dantas, a família Leite, direta ou indiretamente,

já permeava a vida política da cidade e, aos poucos, seu capital sociopolítico foi se fortalecendo. Nos anos que se seguiram, seus arranjos e a atuação continuaram: na Câmara de Vereadores, por exemplo, atuou Júlio Leite (1964-1968); Cláudio Ventura Leite concorreu como vice-prefeito pela ARENA 2, na eleição de 1972, mas não foi eleito; em 1976, João Leite saiu como candidato a prefeito da cidade pela ARENA contra Luís Gonzaga da Cunha (MDB1), Bernardo Juca Júnior (MDB2) e Vicente de Paula Montenegro (MDB). No Poder Executivo municipal, alternaram-se os primos, João Leite de Almeida e Geraldo Leite Barbosa, até 2004. Sempre atrelados ao situacionismo, estavam sempre apoiando o partido que estava no governo estadual e federal.

Desde o início do seu mandato, João Leite de Almeida se preocupou em manter contato com os Poderes Executivo e Legislativo estadual, com o objetivo de prover, junto com o governador, as necessidades da população e fortalecer sua liderança e o capital político. Por outro lado, o prefeito corroborava com o discurso de integração nacional do Regime Militar.

Imbuído de prestar assistência aos cidadãos desterreenses, o líder político, João Leite, sempre mantinha conexão com os deputados Aloysio Pereira Lima e Evaldo Gonçalves e com os governadores Tarcísio de Miranda Burity (1979-1982;1987-1991) e Wilson Leite Braga (deputado federal de 1962 a 1982 e governador de 1983 a 1987), pertencente à árvore genealógica da família Leite do ramo que influenciou politicamente o Vale do Piancó.

Toda essa rede de atuação da família Leite, as relações construídas e a proximidade perpetrada com o poder possibilitaram a aceitação do grupo político capitaneado pela família Leite na sociedade desterreense. João Leite e Geraldo Leite construíram-se como líderes capazes de agir politicamente e foram aceitos como

atores políticos. Consequentemente, construíram seu capital político como indivíduos necessários à política desterrense (MIGUEL, 2003).

O interessante, na ação política dos Leite, em Desterro, é que toda a atuação política da família esteve concentrada em demonstrar e obter apoio e, ao mesmo tempo, salvaguardar uma lógica assistencialista como foi o caso dos equipamentos para a maternidade que se encontravam nas dependências do FUNRURAL<sup>8</sup> na cidade de João Pessoa. Por meio de um ofício, enviado ao governador Wilson Braga, solicitou agilidade no envio dos equipamentos para atender as cidadãs desterrenses.

Com essa atitude, a família Leite se arranjou com os Poderes Executivo e Legislativo estadual, ao adquirir recursos para sua administração. Em troca, o apoio aos poderes da esfera estadual foi retribuído por meio de votos em períodos eleitorais. Com o pedido atendido, na esfera local, o grupo político Leite, aos poucos, foi se destacando na cidade, fortaleceu-se e consolidou seu capital político-familiar. Ao atender às necessidades médicas da população, garantiu apoio e se perpetuou à frente do governo municipal. Outro exemplo, na década de 1980, ocorreu quando o deputado, Aloysio Pereira, solicitou do secretário de Educação, no governo do Estado, Wilson Braga, a autorização para nomear funcionários que pudessem preencher os cargos de professor na Escola Municipal Gertrudes Leite de Andrade<sup>9</sup>. Em 1988, a Escola passou por dificuldades para continuar o exercício de suas atividades e, mais uma vez, o representante do Poder Executivo

---

<sup>8</sup> O Funrural - Programa de Assistência ao Trabalhador Rural - foi instituído pelo governo federal pela lei complementar de 25 de maio de 1971. Em 1988, com a nova Constituição Federal, o termo Funrural foi extinto e foi criado o Regime Geral de Previdência Social, com regras diferenciadas para o campo e para a cidade. <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/Lcp11.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp11.htm)>. Acessado em 15 de março de 2019.

<sup>9</sup> Gertrudes Leite de Andrade era mãe de João Leite de Almeida.

municipal, em Desterro, solicitou a ajuda do deputado, que atendeu prontamente à requisição:

[...] permita-me encaminhar para seu conhecimento e provável interesse inteiro teor cópia do relatório que recebi do professor Marcelo Fernandes Ferreira, Diretor da Escola Estadual de 1º e 2º Graus Gertrudes Leite, da cidade e Desterro. [...] (LIMA, Aloysio Pereira, ofício nº 016/88, [para], DANTAS, Rui Gomes, em 04 de abril de 1988, p. 1).

A estadualização da referida escola ocorreu em 1985, a nomeação de professores, em 1986, e a solução dos problemas, para que continuasse em plena atividade, garantiu ao grupo Leite a ampliação do apoio político por meio do voto. Conforme Leal (1997), a política de compromissos conferiu aos chefes locais a permanência nos cargos eletivos das cidades pequenas, porque a prática assistencialista lhes garantiu o voto da população carente e pobre, que viu no chefe local aquele que os tiraria da situação de abandono e de miséria.

O grupo político familiar usou estratégias que não estavam somente na conjuntura local, mas foram além, quando investiram nos arranjos com a esfera estadual e ampliaram sua influência para consolidar seu espaço de poder e seu capital político-familiar. Os caminhos que os Leites percorreram em sua administração os levaram a se consolidar como grupo hegemônico na cidade de Desterro e a se perpetuar no Executivo e no Legislativo municipal. Importante lembrar que este grupo político de base familiar, liderada pelos Leite, disputam na contemporaneidade cargos eletivos para o executivo e o legislativo municipal.

## Considerações

Assim como muitas cidades pequenas, Desterro-PB, teve origem a partir de uma promessa, para que Nossa Senhora do Desterro, desterrasse o surto de doenças e não atingisse aquela população que habitavam as margens dos rios dos Porcos e do Rio Tape-roá. A Província da Paraíba foi acometida de um surto de cólera no ano de 1855, o que nos levou a entender que a promessa foi relacionada com este surto, já que a compra do terreno, onde Desterro-PB foi erguida aconteceu em 1845 e dez anos depois a proprietária das terras fez a promessa para erguer um cemitério e dentro deste uma capela em homenagem a Nossa Senhora do Desterro.

Depois de povoação, a comunidade passou a Distrito, possivelmente devido o abandono dos distritos pela sede levou a população a querer a emancipação e/ou apoiar as lideranças políticas em busca deste objetivo. Logo em 1959, o Distrito foi elevado à cidade. Os municípios ao serem desmembrados politicamente e territorialmente não perdem por completo a relação política com território anterior. Deste modo, se torna um espaço “novo” para a atuação de “novos” agentes políticos. E dentre esses “novos” agentes políticos esta a família Leite, que deteve e/ou detém ao longo de sua história capital político-familiar na cidade, visto que atuou na política local e regional desde o século XIX.

## Referências Bibliográficas

### Arquivos consultados:

Arquivo pessoal de José Soares Sobrinho.

### Bibliografia:

ARAÚJO, Railane Martins. As tramas do poder no governo de Pedro Moreno Gondim (1958-1965) In: NETO, Faustino Teatino Cavalcante; GUEDES, Paulo Henrique Marques de Queiroz e Neto, Martinho Guedes dos Santos (orgs.). Cultura e poder político: Historiografia, imaginário social e representações da política na Paraíba republicana. João Pessoa: Editora Universitária-UEPB, 2012.

BARBOSA, Cônego Florentino. A Família Leite no nordeste brasileiro 1755-1948. João Pessoa: G. Petrucci, 1948.

BEZERRA, Josineide da Silva. Novos municípios, velhas políticas: práticas de emancipação distrital e estratégias de reprodução política na Paraíba (1951-1965). Tese de doutorado. UFPE. Recife, 2016.

CHALHOUB, Sidney. Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FERREIRA, Jurandyr Pires. Enciclopédia dos municípios brasileiros. v XVII. Rio de Janeiro: serviço gráfico do IBGE. 1960.

DANTAS, Fábio Lafaiete e DANTAS, Maria Leda de Resende. Uma família na Serra do Teixeira: Elenco e fatos. Recife: Liber, 2008.

PEREIRA, Jurandyr Pires. Enciclopédia dos municípios brasileiros. 1960. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295\\_17.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_17.pdf)>. Acessado em 07 de março de 2019.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o Município e o regime representativo no Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro e MARIANO, Nayana R. C. O medo anunciado: a febre amarela e o cólera na província da Paraíba (1850-1860). In: Revista de história e estudos culturais. Vol. 9, ano IX, nº 3, 2012. Disponível em: <[http://www.revistafenix.pro.br/PDF30/DOSSIE\\_ARTIGO\\_5\\_SERIOJA\\_RODRIGUES\\_CORDEIRO\\_MARIANO\\_E\\_NAYANA\\_R\\_C\\_MARIANO\\_FENIX\\_SET\\_OUT\\_NOV\\_DEZ\\_2012.pdf](http://www.revistafenix.pro.br/PDF30/DOSSIE_ARTIGO_5_SERIOJA_RODRIGUES_CORDEIRO_MARIANO_E_NAYANA_R_C_MARIANO_FENIX_SET_OUT_NOV_DEZ_2012.pdf)>

RICOUER, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

## OS PARQUES ÉTNICOS E AS DISPUTAS IDENTITÁRIAS NA CIDADE DE CRICIÚMA/SC

---

**Nathália Pereira Cabral<sup>1</sup>**

Na noite do dia 27 de setembro de 2011, em uma terça-feira, foi inaugurado o Parque das Nações em Criciúma. Em meio ao show de pirotecnia, discursos oficiais do prefeito Clésio Salvaro e do vice-prefeito Marcio Búrigo, milhares de pessoas acompanharam a inauguração do novo local de lazer, práticas esportivas e de sociabilidade da população criciumense.

Entretanto, a grande estrela desse show foi a mini ferrovia Terezinha, a qual foi construída para ser a principal atração do parque. “A locomotiva fará um passeio panorâmico pelo parque a partir de uma estação ferroviária parecida com a do início do século passado” (MARTINS, 2011). Terezinha, é a réplica da locomotiva da estrada de ferro Tereza Cristina, que fez parte da cidade de Criciúma no início do século XX e que, como estudado por Nascimento:

A estrada de ferro foi um dos suportes materiais importantes para a manifestação da vida urbana em Criciúma, especialmente em torno da estação de passageiros, próxima aos centros da cidade. (...) A cidade, na sua relação com a ferrovia, vai desnudando os seus segredos mais íntimos, seus anseios mais profundos e os medos que as suas ruas ocultam. A ferrovia é como um espelho em que a cidade busca se enxergar, com a diferença de que quando a imagem não lhe agrada, o espelho é quebrado. Ao olhar para a ferrovia, em diferentes épocas, a cidade se viu feia ou bonita, pequena ou grande, atrasada ou moderna (NASCIMENTO, 2000, p. 19).

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH/UDESC). Email: nana\_p\_c@hotmail.com

A identidade carbonífera, que ora fora exaltada, ora fora rechaçada, continua a vivenciar sua relação de dualidade com as identidades étnicas na cidade de Criciúma, e essa relação é latente no Parque das Etnias. Nos anos em que a cultura do carvão predominava, com muita dificuldade outros sujeitos eram evidenciados na história da cidade, ao carvão tudo se remetia, mesmo que pequenos temas fugissem a norma e ao controle das autoridades, como os temas referentes aos colonizadores. Sobre os litígios identitários no município, o autor também destaca que:

A cidade carbonífera fundou-se na mitologia do progresso e na contribuição que Criciúma dava ao desenvolvimento do país, valorizando os trabalhadores mineiros e o espírito empreendedor dos empresários do carvão, destacando o crescimento urbano e a circulação de riquezas, em uma operação que desvalorizava outras atividades econômicas, como a agricultura, e outros grupos sociais que tinham na sua origem as imigrações mais recentes, desconsiderando o preço humano e social da atividade carbonífera. A cidade étnica, por seu lado, foi construída a partir da mitologia da união dos povos fundadores da cidade, valorizando grupos sociais que tinham na etnicidade o seu ponto de contato com o mundo, maquiando a presença do carvão na paisagem urbana e desvalorizando as populações que tiveram na atividade carbonífera o ponto de inflexão de sua memória e cultura (NASCIMENTO, 2006, p. 237-238).

Se nas décadas de 1970 e principalmente na década de 1980 a identidade carbonífera vivera as sombras da etnicidade, como buscavam evidenciar as autoridades locais, na inauguração do parque, em 2011, essa relação se mostra alterada, ambas dividem o 'palco' e se colocam como atrações principais.

Ainda segundo a notícia da inauguração, "(...) aos poucos cada etnia construirá sua casa típica aqui no terreno do parque. As casas serão responsáveis por

perpetuar a cultura de nossos ancestrais”, lembrou o presidente da União das Associações Étnicas de Criciúma (...)” (MARTINS, 2011). Isso, até então nunca ocorreu, as casas jamais foram construídas, o único estabelecimento que atualmente presta serviços no local é o Restaurante “União das Etnias”.

O parque das etnias, tem seu nome inspirado na Festa das Etnias, a qual teve seu início na comemoração do centenário da colonização na cidade de Criciúma. Sobre esse símbolo presente na festa, Cardoso (2008, p. 168) disse que: “Outro símbolo de representação dos grupos étnicos presentes na Quermesse de Tradição e Cultura são as bandeiras representando nacionalidades. Neste contexto, o termo etnia fica contraditório na medida em que é confundido com a ideia de Estado nacional”. Atualmente, as seis bandeiras representativas das etnias que estão hasteadas no parque, são: bandeira da Alemanha, Angola, Itália, Palestina, Polônia e Portugal.

**Figura 01 – as bandeiras das “etnias fundadoras”**



Fonte: foto tirada pela autora (2019).

Apesar de certa ‘harmonia’ relativa às etnias, que são representadas tanto pelas bandeiras, como também, por obras espalhadas pelo parque, existem algumas problemáticas em relação a representação dessas identidades étnicas. Diferente das demais, as etnias “Negra” e “Árabe”, são colocadas de maneira superficial, quando se remete a esses dois grupos, comumente são generalizados ou reduzidos a um país, mesmo não sendo um grupo homogêneo, são colocados como se fossem.

Atualmente, o país representativo da “etnia negra” é a Angola. Porém, é possível observar no mínimo cinco países africanos de onde originam-se esses imigrantes, além do Haiti, que sequer fica na África e sim na América Central, mas no imaginário dos/as criciuenses essas pessoas são originárias do continente africano, pois são negros/as.

Em alguns dados trazidos pelo *Portal Engeplus*<sup>2</sup> no ano de 2014, a partir de informações coletadas com a Secretaria de Assistência Social de Criciúma, “foi possível identificar que 297<sup>3</sup> pessoas do Haiti e de países africanos estão na maior cidade do Sul do Estado. Destas, 268 são de Gana.” (AMORIM, 2014).

Além disso, segundo as informações, é possível perceber também, que além dos/as imigrantes ganeses e haitianos/as – que representam o maior número, 268 e 14 respectivamente – há também, imigrantes da Nigéria (01 pessoa), África do Sul (01 pessoa), Somália (01 pessoa) e Senegal (12). Aparentemente, não fora registrado nessa notícia nenhum imigrante angolano/a.

Ademais, diferente dos imigrantes italianos, esses imigrantes contemporâneos, que em grande maio-

---

<sup>2</sup> Um dos jornais da cidade de Criciúma

<sup>3</sup> Somando o número de pessoas do continente africano e do país Haiti.

ria são do continente Africano, são vistos de forma extremamente pejorativa, como é possível observar nos comentários de uma outra reportagem do site G1 de notícias:

**Figura 02 – comentários a respeito dos imigrantes em Santa Catarina**



Fonte: SC, G1. Criciúma abriga 3 mil imigrantes e teme não poder receber mais pessoas. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2015/05/criciuma-abriga-3-mil-imigrantes-e-teme-nao-poder-receber-mais-pessoas.html>>. Acesso em: 01 fev. 2019.

Sobre a etnia árabe, Cardoso (2008) destacou que essa foi inserida na segunda edição da festa, porém, houve pouco destaque na mídia. Além disso, não foi mencionado qual o motivo pela inserção da nova etnia, levando em conta que essa não fazia parte do monumento do centenário em homenagem às etnias fundadoras da cidade.

A autora, infere que o grupo pode ter sido inserido na quermesse, por conta do “exotismo” que a ele era atribuído, e também, por conta de um pequeno número de descendentes que viviam na cidade. Embora fosse um grupo relativamente pequeno, exercia certa influência: “(...) em torno de 15 a 20 famílias, não sendo um número muito grande, mas de certa forma significativo, assim como também é significativa sua presença no comércio, pois eles são donos de algumas das lojas mais tradicionais de Criciúma” (CARDOSO, 2008, p. 168)

Embora não fosse um grande grupo, Cardoso também demonstra que houve conflitos em relação a escolha do país que representaria o grupo, levando em conta que existiam pelo menos três: Palestina, Egito e Líbano. Porém, predominou aquele que detinha maior influência. “A bandeira da Liga Árabe chegou a ser utilizada, no entanto a bandeira Palestina foi escolhida para representar o grupo durante várias edições da festa, não somente pelos palestinos serem maioria, mas principalmente pelo apoio da comunidade árabe a causa” (CARDOSO, 2008, p. 168, 169).

### **O parque do imigrante (italiano) na cidade das etnias**

No dia 06 de janeiro de 2019, em meio às comemorações do aniversário da fundação da cidade de Criciúma, é inaugurado no município um novo ponto turístico: o Parque dos Imigrantes. Nascimento diz que: “(...) o dia de fundação da cidade expõe publicamente determinadas memórias que se valorizaram no processo histórico da cidade a partir das ações de grupos sociais interessados em sua perpetuação” (NASCIMENTO, 2006, p. 165).

As obras para a construção do local iniciaram em 2015, com previsão de entrega em 2016, mas somente quase quatro anos depois, isso se concretizou. Em 2018 a previsão para inauguração era o dia 15 de novembro, considerada a data da colonização italiana no bairro Rio Maina (SATC, 2018), mas isso só ocorreu no início de 2019.

“Deixaram seus lares, desbravaram novos horizontes, venceram em um novo mundo, nunca serão esquecidos”, com essa frase, são homenageadas algumas famílias em um monumento construído no parque – um monumento um tanto quanto emblemático e simbólico. Emblemático e simbólico, pois é explícito o recorte que é feito na obra, ao falar das famílias fundadoras, são apresentadas sete famílias: Colombo, Maccarini, Pelozzatto, Pirola Babezzana, Ronchi e Tinelli. Ou seja, o parque não somente excluiu as outras cinco etnias fundadoras da cidade, como também, excluiu uma parcela considerável de famílias italianas que imigraram para a cidade no final do século XIX.

Possivelmente, as famílias fundadoras expressas no monumento são aquelas que se instalaram na região onde está localizado o parque, no bairro Rio Maina, mas é importante destacar que apesar de estar localizado neste bairro, está antes de tudo localizado no município de Criciúma e foi financiado com dinheiro público, não somente com o dinheiro das sete famílias homenageadas. “Sonhado desde 2009, o parque teve investimento de mais de R\$7 milhões dos Governos Municipal e Estadual, bem como da iniciativa privada” (A TRIBUNA, 07 de janeiro de 2019, p. 10)

Além disso, é perceptível outra intenção nessa obra, entre as “famílias colonizadoras” aparece o nome da família “Salvaro”. A qual, nem nos registros oficiais havia aparecido como uma das famílias fundadoras. Coincidentemente, “Salvaro” é o sobrenome do atual

prefeito, responsável pela construção do parque.

Importante destacar que, não buscamos deslegitimar outros grupos e pessoas em prol dos grupos ditos fundadores e colonizadores – memória hegemônica –, fortalecendo o mito do fundador ao falar que existiam mais de sete famílias italianas. Mas sim, perceber que perante a legitimação das identidades, estão presentes também, interesses políticos.

**Figura 03 – Monumento às famílias fundadoras e colonizadoras no Parque dos Imigrantes**



Fonte: foto tirada pela autora, 2019.

A data de aniversário do município, em muitos momentos foi palco de disputas, com objetivo de reforçar discursos e usos e abusos do passado. Seja na comemoração do centenário em 1980 e a constituição do discurso de “cidade das etnias”, seja com a inauguração do parque que busca evidenciar, a partir de uma narrativa pautada no mito do fundador a “saga dos bravos imigrantes”:

(...) é possível dizer que tanto a narrativa quanto a arquitetura têm possibilidade de tornar presente o ausente que existiu, funcionando assim como

memória, através do contar e do construir. O construído torna-se suporte da memória e do imaginário urbano, contando uma história de sonhos que pode ou não ter se realizado (NASCIMENTO, 2006, p. 89).

Além da valorização étnica de um grupo específico, é extremamente simbólico o espaço que foi utilizado para a construção do parque: uma antiga região de mineração, área a qual foi degradada pelo carvão e que teve seu imaginário ressignificado através dos símbolos que estão dispostos pelo parque.

Por exemplo, os pés de milho que foram plantados à margem do rio Sangão, o qual ainda encontra-se extremamente poluído pelos rejeitos de carvão. Nesse breve espaço entre o leito e a margem, percebe-se a disputa identitária entre os resquícios da cidade carbonífera e sua poluição – a pirita – e em contrapartida, o milho, um dos principais alimentos utilizados pelos imigrantes italianos da região, ao final do século XIX.

**Figura 04 - Pés de milho na margem do Rio Sangão**



Fonte: foto tirada pela autora (2019).

Segundo um dos entrevistados por um jornal da cidade: “Nunca imaginei uma área coberta de pirlita, um lugar muito feio, poderia se tornar em algo tão bonito. O Rio Maina merecia isso há algum tempo, tenho certeza de que será um ponto de encontro”. (ENGEPLUS, 2019). Além disso, também é destacado pelos/as moradores o “progresso” que o local trouxe, que é mensurado a partir das construções de edifícios ao redor da região do parque.

Outro símbolo expressivo é a atafona modelo, que além de expor uma das principais atrações do parque, a fábrica de milho, será utilizada também, para comercializar quitutes aos visitantes. Segundo Chiara Pagnotta e Gláucia de Oliveira Assis: “Os descendentes dos italianos, num contexto interétnico, apropriam-se de determinados símbolos e lhes atribuem valores e significados imutáveis no tempo.” (2017, p. 95).

A obra busca reconstituir um dos principais instrumentos utilizados pelos imigrantes italianos, segundo discurso do prefeito da cidade – Clésio Salvaro –, a atafona foi construída para representar a primeira indústria da cidade – o engenho de farinha de milho (A TRIBUNA, janeiro de 2019).

Na reportagem do jornal A Tribuna, do dia 05 e 06 de janeiro, com a manchete “Um brinde as tradições nos 139 anos de colonização de Criciúma”, é destacado o empenho da cidade em preservar suas origens, porém ao enfatizar essa intenção acabam ‘esquecendo’ que antes mesmos dos italianos/as, já haviam pessoas que “acreditavam nessa terra”, no caso o grupo originário Xokleng:

O ano de 1880 mal começava quando os integrantes das 22 famílias vindas do Norte da Itália chegavam à terra onde decidiram se alojar e iniciar uma nova jornada, um recomeço com promessa de trabalho duro e mesa farta. Em cima do lombo de animais, viajaram muitos quilômetros os repre-

sentantes dos Barbieri, Benedet, Bilezimo, Casa-grande, Dário, Darós, De Lucca, Martinello, Meller, Milanese, Milioli, Netto, Ortolan, Pavan, Piazza, Pierini, Piazzetti, Scotti, Sonogo, Tomé, Venzon e Zanette. (...) As aproximadamente 150 pessoas que iniciaram o processo de desenvolvimento da cidade lá em 1880 se multiplicaram e hoje são mais de 200 mil habitantes. Duas centenas de milhares de histórias de pessoas que, assim como os colonizadores, também esperam que Criciúma seja o solo da projeção das suas vidas. Ainda que hoje as humildes residências erguidas antigamente tenham dado lugar aos prédios, Criciúma guarda respeito a suas origens. Tanto é que neste domingo, em seu aniversário, a cidade comemora seu aniversário lembrando e homenageando os primeiros a acreditar nessa terra (A TRIBUNA, 05 e 06 de janeiro de 2019, p. 10).

É possível perceber, não só na cidade de Criciúma, mas também em boa parte do estado, uma mobilização em prol da celebração da etnicidade italiana. Essas mobilizações não são fixas, em alguns momentos estão em seu ponto alto, em outros momentos encontram-se mais acanhadas e dispersas, porém, sempre se fazem presentes desde os centenários de imigração comemorados em todo o estado. O que dita sua intensidade e importância são os interesses dos que mobilizam essa identidade étnica.

Sejam os interesses pessoais, como as celebrações familiares, as lembranças através dos relatos de parentes, seja pelo poder público atuando em prol da conquista de espaços oficiais, como exemplo o Consulado. Ou então, as festas étnicas, entre elas, destaco: a Festas das Etnias em Criciúma e tantas outras manobras que visam evidenciar uma identidade pautada na italianidade.

## Referências Bibliográficas

CARDOÇO, Michele Gonçalves. ALLAH NA CIDADE DAS ETNIAS: A INSERÇÃO DO GRUPO ÉTNICO ÁRABE NA IDENTIDADE URBANA DE CRICIÚMA/SC. Opsi, Goiânia, v. 8, n. 10, p.161-177, 2008.

NASCIMENTO, Dorval do. As curvas do trem: A presença da estrada de ferro em Criciúma (1919 - 1975) cidade, modernidade e vida urbana. 2000. 176 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós Graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

NASCIMENTO, Dorval do. Faces da Urbe: Processo Identitário e Transformações Urbanas em Criciúma/SC (1945-1980). 2006. 252 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

PAGNOTTA, Chiara; ASSIS, Gláucia de Oliveira. Os italianos no espaço público de Santa Catarina (Brasil). Entre epopeia e festas étnicas. Confluente: Revista Di Studi Ibero Americani, Bologna, v. 9, n. 1, p.78-106, 2013. Anual.

### Jornais Consultadas

A TRIBUNA. Parque dos Imigrantes entregue, vem o planejamento para o próximo 6 de janeiro A Tribuna. Criciúma, p. 01, 03, 06, 10, 11. 07 jan. 2019.

A TRIBUNA. Um brinde às tradições dos 139 anos de colonização de Criciúma. A Tribuna. Criciúma, p. 01, 10, 11. 05 e 06 jan. 2019.

### Sites consultados

AMORIM, Cyntia. Relatório aponta estrangeiros de cinco países africanos em Criciúma. 2014. Disponível em: <<http://www.engeplus.com.br/noticia/geral/2014/relatorio-aponta-estrangeiros-de-cinco-paises-africanos-em-criciuma>>. Acesso em: 01 fev. 2019.

ENGEPLUS, Redação. De área de rejeitos de carvão a transformação para o Parque dos Imigrantes. 2019. Disponível em: <<http://www.engeplus.com.br/noticia/geral/2019/de-area-de-rejeitos-de-carvao-a-transformacao-para-o-parque-dos-imigrantes#3>>. Acesso em: 01 fev. 2019.

MARTINS, Nícola. Parque das Nações é inaugurado em Criciúma. 2011. Disponível em: <<http://www.engeplus.com.br/noticia/geral/2011/parque-das-nacoes-e-inaugurado-em-criciuma>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

SATC. Parque do imigrante deve ser inaugurado no dia da colonização italiana no Rio Maina. 2018. Disponível em: <<http://www.jornalismo.satc.edu.br/parque-do-imigrante-deve-ser-inaugurado-no-dia-da-colonizacao-italiana-no-rio-maina>>. Acesso em: 01 fev. 2019.

SC, G1. Criciúma abriga 3 mil imigrantes e teme não poder receber mais pessoas. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2015/05/criciuma-abriga-3-mil-imigrantes-e-teme-nao-poder-receber-mais-pessoas.html>>. Acesso em: 01 fev. 2019.

**PEQUENOS LOTES E GRANDES ESPERANÇAS: O PROCESSO DE  
FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BAIRRO PAAR COMO JOGO POLÍTICO  
E LUTA EM 1991**

---

**Maria Fernanda Gibson Lima<sup>1</sup>**

**Introdução**

As produções acadêmicas sobre a História Social da Amazônia<sup>2</sup> são diversas, com temáticas variadas, as mesmas podem ser verificadas em termos de abordagens quantitativas e qualitativas. Entretanto, há uma lacuna e necessidade de estudos mais detalhados sobre a região de Ananindeua, principalmente estudos e pesquisas aplicados aos bairros pertencentes à Região Metropolitana de Belém (RMB), discutir e preservar as origens do município se faz necessário, diante de um cenário no qual as memórias e os registros se alteram conforme o tempo avança, e a configuração político-administrativa e geográfica se torna dinâmica.

Geograficamente, o bairro Paar está localizado no município de Ananindeua, e foi durante várias décadas, considerada a maior invasão da América Latina. De acordo com a História Oficial, o bairro Paar deveria ter sido mais um conjunto Cidade Nova, mas foi ocupado antes por famílias que precisavam de uma casa para viver e morar, estando localizado em uma área excluída da Cidade<sup>3</sup>. Seu nome foi dado pela junção das

---

<sup>1</sup> Discente do curso de Licenciatura Plena em História da Universidade do Estado do Pará. Para maiores informações, contatos via e-mail: gibsonmf1@gmail.com.

<sup>3</sup> Categoria de análise fundamentada nos estudos de Raquel Rolnik, onde a cidade é um objeto de registro, uma escrita, materialização de sua própria história, um imã, um campo magnético que atrai, reúne e concentra homens de acordo com as suas necessidades, onde se vive se forma coletiva. A

siglas de quatro conjuntos os quais foram ocupados na época: Pará, Amapá, Amazonas e Roraima.

Quando se deu o início da ocupação, o conjunto já estava próximo de ser inaugurado e entregue pelo governador Jader Barbalho. Inclusive, as obras de saneamento já estavam concluídas, os terrenos já estavam todos preparados para a construção de moradias por parte do governo, porém a população começou a ocupar os terrenos e começaram a construir “barracos”, feiras e casas de forma desenfreada, e desordenada, com isso o bairro se deu a partir de uma nova etapa. Neste sentido, a grande área ocupada, diferente de outros lugares ocupados no mesmo período, tinha uma rede de infraestrutura necessária para receber moradores. Com lotes bem definidos em metros quadrados, avenidas e ruas com drenagem e rede de esgotos, faltando apenas a pavimentação asfáltica, a história do local mudou com o processo de ocupação.

**Figura 01 - Reportagem sobre o Projeto Cidadania, o qual buscava solucionar a questão fundiária.**



Fonte: Diário do Pará, 04 de setembro de 1991 (Maria Fernanda, 15 de abril de 2019)

ideia de uma gestão coletiva também está presente, onde há a necessidade de organização coletiva que resultará em um poder urbano e autoridade político-administrativa, a qual indissociável à existência material da cidade está sua existência política.

## Os excluídos e os heróis da história

No processo de formação do bairro, alguns políticos se destacaram devido ao apoio prestado às famílias, embora tivesse um interesse político com essa ação. Jader Barbalho foi o que mais se destacou nesse período, e até hoje é ovacionado por moradores de todo o estado devido sua política fundiária em seus governos.

Jader já foi deputado federal, ministro, governador e atualmente é senador do estado do Pará. É um importante personagem e influenciador da política paraense, o qual durante seus dois mandatos como governador (1983-1987 – 1991-1994) tiveram como marca o populismo devido à questão fundiária, que por meio da desapropriação de terras, entregou diversos bairros na região metropolitana da capital, como o bairro do Paar e a da Jaderlândia, nomeado em homenagem ao governador.

Os protagonistas de fato dessa história são os moradores, que com muita luta reivindicaram sua moradia e não desistiram dos seus direitos. A população que ocupou o bairro na década de 1990 eram famílias carentes, muitos imigrantes que vieram de outros bairros, cidades e até mesmo de outros estados. No total, foram cerca de 6 mil pessoas que mesmo em condições de moradia sem infraestrutura, viram na ocupação uma chance de ter uma residência própria e honesta.

**Figura 02 - Na reportagem fica evidente o sensacionalismo do jornal, o qual é de propriedade da família Barbalho.**



Fonte: Diário do Pará, 16 de setembro de 1991  
(Maria Fernanda, 15 de abril de 2019)

**Figura3: A aclamação por Jader é comum até hoje, principalmente nos interiores.**



Fonte: Diário do Pará, 16 de setembro de 1991  
(Maria Fernanda, 15 de abril de 2019)

### **História política do Paar: contrastes entre lutas e interesses**

Após a perda do controle da região, além da notícia ter se espalhado na época das invasões, os vereadores, deputados, líderes comunitários, aproveitaram politicamente a ocupação dos lotes para se aproveitarem de um público carente de moradia e assistência no município de Ananindeua. Mais que ocupantes ilegais, as pessoas que estavam presentes naquela região seriam consideradas milhares de votos nas eleições subsequentes. Neste contexto, o Ex Governador do estado do Pará na época Jader Barbalho, aproveitou-se do poder para consolidar no ano de 1991 a concessão dos terrenos para as pessoas que lá se encontravam.

A estratégia era política, e com a promessa de concessão de lotes Jader conseguiu muitos votos dos moradores da invasão e usou os feitos realizados no conjunto como uma das grandes ações do seu governo e de sua equipe, afinal a gestão era realizada por “gente que quer trabalhar para o povo”.<sup>4</sup> O projeto cidadania foi a estratégia que o governo usou para legalizar os lotes, realizar a venda dos mesmos – por um preço acessível às famílias para apenas cobrir os gastos com saneamento e infraestrutura – cadastrar e emitir novos documentos dos moradores para legalizar a posse. Tal ação foi feita pela Companhia de Habitação do Estado e estudantes de cursos como engenharia e serviço social.

Jader Barbalho apresentou na inauguração do Conjunto Paar, três modelos de “mini-casas” que na época, segundo ele, seria construída futuramente para cada um de seus moradores, o que obviamente nunca aconteceu.

---

<sup>4</sup> Frase dita por Jader Barbalho, Diário do Pará, 16 de setembro de 1991.

Figura O4 - Jader Barbalho sendo ocaionado pelos moradores do PAAR. Uma de suas promessas era a regularização fundiária do conjunto em Ananindeua.



Fonte: Diário do Pará, 14 de setembro de 1991 (Maria Fernanda, 15 de abril de 2019)

Figura O5 - Entrega dos lotes aos moradores do PAAR. Percebe-se no título a "bondade" do governador para com os moradores carentes.



Fonte: Diário do Pará, 14 de setembro de 1991 (Maria Fernanda, 15 de abril de 2019)

Além disso, antes que as empreiteiras responsáveis iniciassem a construção destas unidades, milhares de pessoas como citado anteriormente, ocuparam o conjunto, construindo casas como podiam: madeira, papelão e pano, tudo para garantir o lote ocupado. Seria o processo de marginalização e ocupação precária do bairro do Paar tal como é conhecido hoje. Esse é um exemplo de luta dos moradores do PAAR, os quais eram excluídos, não possuíam terras e reivindicavam uma vida mais digna e justa, eram famílias que buscavam construir uma nova vida, portanto são histórias as quais necessitam de um estudo e atenção para preservar a memória e história dos moradores.

**Figura 6: A alegria toma conta dos moradores, fato que até hoje é comum, como por exemplo, no aniversário do bairro. Todo ano é comemorado e conta com a presença de bandas.**



A multidão de ex-invasores vibra com a presença do governador

Fonte: Diário do Pará, 14 de setembro de 1991

(Maria Fernanda, 15 de abril de 2019)

**Figura 7: Além dos lotes, foram entregues escolas, cabines policiais, praças e quadras esportivas.**



Inauguração da escola que homenageia Ruy Barata

Garot

do Corpo de Bombeiros e hasteou a bandeira nacional, no pátio da escola. Após o desceramento da placa, a comitiva participou de um coquetel no interior da escola, onde a primeira-dama, Elcione Barbalho, recebeu vasta homenagem dos parentes de Região Oeste, Souza e Silva e de representantes da comunidade.

A obra seguinte a ser inaugurada foi a cabine militar "Soldado PM Marcelo Queiroz de Oliveira", que contou com a participação do secretário de Segurança Pública, Alcides Alcântara.

Ainda na mesma quadra do PAAR, Jader Barbalho inaugurou a Escola Gregório de Alcinda Brito, que também contou com a presença de familiares do homenageado.

Jader Barbalho, em seguida, já na quadra 75 do PAAR inaugurou a Praça George Pitman, garantindo uma área de lazer e entretenimento para a população do PAAR, que seria complementada pela inauguração do complexo esportivo, Francisco Evangelista Sarmiento mais tarde.

Depois da praça, o governador inaugurou o reservatório de água potá-

vel da Cosanpa, na quadra 50 garantindo também abastecimento de água ao povo do PAAR.

Mais uma cabine foi inaugurada, desta vez na quadra 15, com o nome do Soldado PM Moises Israel de Lima Castro. Também com a presença do secretário de Segurança Pública, Alcides Alcântara. Em todas as suas paradas, o governador Jader Barbalho era homenageado pela população com salva de palmas e queima de fogos. A maioria acompanhando o governador em toda a sua caminhada de inaugurações, enquanto parte aguardava nos locais das obras.

Antes de chegar a concentração final para discursar a população do PAAR, o governador inaugurou uma unidade modelo do Conjunto Rural Urbano Curuçamba, que oferecerá 200 casas ao povo do Pará, reduzindo o déficit habitacional.

**Concentração final**

Ao chegar a concentração final, no PAAR, o governador Jader Barbalho foi recebido com queima de fogos, aplau-

dos e e  
popula  
facise  
bomere  
a Lamb  
banda d  
também  
Apos  
Carimov  
Gomim  
a escritu  
arcas, c  
arais, m  
na Caba  
vora, Vi  
01 256.  
Todos  
Engenh  
tor de

O  
foi o p  
Menc  
cionia  
lho ri  
do P  
que f  
to ha

**Habitação é a p**  
O governador Jader Barbalho, na entrevista coletiva, já em frente a Granja do Icuí, falou sobre as inau-

na  
cio  
pe

Fonte: Diário do Pará, 14 de setembro de 1991 (Maria Fernanda, 15 de abril de 2019)

**Considerações finais**

Referente ao objeto de estudo da pesquisa realizada, as produções historiográficas são de suma importância para quebrar com os paradigmas sobre a Região Metropolitana de Belém, em específico sobre o bairro PAAR. Nessa perspectiva, os estudos realizados em bibliografias e periódicos corroboraram para que os estudos sobre a história de lutas e interesses políticos do PAAR se consolide, dando início às outras pesquisas.

É importante ressaltar o interesse e influência política da família Barbalho, o qual está presente até hoje no estado e que na década de 1990 se consolidou.

Dessa maneira, é necessário rever e questionar o que a história oficial diz, com base nos relatos que realmente são importantes para a construção da memória da periferia: o dos moradores.

### **Referências Bibliográficas**

ELIAS, Norbert. O processo civilizador. V. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jader-fontenelle-barbalho>

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky . História Social e econômica da Amazônia. In: SEDUC; IDESP;. (Org.). Estudos e Problemas Amazônicos. Belém: Editora IDESP/SEDUC, 1989, v. , p. 9-56.

PERROT, Michelle. O excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução de Denise Bottmann. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007

ROLNIK, Raquel. O que é cidade. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos; 203).

### **Fontes Consultadas**

Diário do Pará, Belém, 04 de setembro de 1991.

Diário do Pará, Belém, 07 de setembro de 1991.

Diário do Pará, Belém, 14 de setembro de 1991.

Diário do Pará, Belém, 16 de setembro de 1991.

## **SOBRE OS AUTORES**

---

### **Bruno César Pereira**

Mestrando em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná - UNICENTRO, Campus Irati. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. E-mail: bruno\_o8cesar@outlook.com

### **Ancelmo Schörner**

Doutor em História pela da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. E-mail: ancelmo.schorner13@gmail.com

### **Marcos da Silva Valadares**

Mestrando no Programa de História Social da Amazônia da UFPA

### **Maira Eveline Schmitz**

Doutoranda em História pela UFSM, sob orientação do Profº Drº José Martinho Rodrigues Remedi. Docente no IFFar - campus Santa Rosa. Contato: maira.schmitz@gmail.com

### **Dêis Maria Lima Cunha Silva**

Mestra em História pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Contato: deisprofhist.lima@gmail.com.

### **Nathália Pereira Cabral**

Doutoranda em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH/UDESC). Email: nana\_p\_c@hotmail.com

### **Maria Fernanda Gibson Lima**

Discente do curso de Licenciatura Plena em História da Universidade do Estado do Pará. Para maiores informações, contatos via e-mail: gibsonmfi@gmail.com.



ISBN 978-658984910-0



9

786589

849100